Colecção Autores Gregos e Latinos
Série Textos

Pseudo-Xenofonte

A Constituição dos Atenienses

Tradução do grego, introdução, notas e índices
Pedro Ribeiro Martins

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)

(Página deixada propositadamente em branco)

(Página deixada propositadamente em branco)

Pseudo-Xenofonte

A Constituição dos Atenienses

Tradução do grego, introdução, notas e índices de

Pedro Ribeiro Martins
Universidade de Coimbra

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

Todos os volumes desta série são sujeitos a arbitragem científica independente.

Título • *A Constituição dos Atenienses*
Tradução do grego, introdução, notas e índices: Pedro Ribeiro Martins
Autor • Pseudo-Xenofonte

Série Autores Gregos e Latinos - Textos

Coordenador Científico do plano de edição: Maria do Céu Fialho

Conselho Editorial
José Ribeiro Ferreira
Maria de Fátima Silva
Francisco de Oliveira
Nair Castro Soares

Director Técnico: Delfim Leão

Obra realizada no âmbito das actividades da UI&D
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

Edição
Imprensa da Universidade de Coimbra
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
E-mail: imprensauc@ci.uc.pt
Vendas online:
http://www.livrariadaimprensa.com

Coordenação editorial
Imprensa da Universidade de Coimbra

Concepção gráfica & Paginação
Rodolfo Lopes & Nelson Henrique

Pré-Impressão
Imprensa da Universidade de Coimbra

Impressão e Acabamento

ISBN
978-989-26-0513-5 (IUC)

ISBN Digital
978-989-26-0286-8

Depósito Legal

1ª Edição: CECH • 2011
2ª Edição: IUC • 2012

© Outubro 2012.
Imprensa da Universidade de Coimbra
Classica Digitalia Vniversitatis Conimbrigensis (http://classicadigitalia.uc.pt)
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

Reservados todos os direitos. Nos termos legais fica expressamente proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio, em papel ou em edição electrónica, sem autorização expressa dos titulares dos direitos. É desde já excepcionada a utilização em circuitos académicos fechados para apoio a leccionação ou extensão cultural por via de *e-learning*.

Índice

Nota prévia 7

Introdução 11

O autor da Constituição dos Atenienses 15

1. Xenofonte como autor? 18

2. Que outro possível autor? 20

3. Construindo um perfil para Pseudo-Xenofonte 27

3.1. *A dupla personalidade do autor* 30

4. Conclusões sobre a autoria do texto 33

A data da Constituição dos Atenienses 35

1. Análise dos passos decisivos para a datação da obra 37

2. Considerações finais sobre a data do tratado 51

A natureza da Constituição dos Atenienses 53

1. As características estilísticas da Constituição dos Atenienses 53

2. A Constituição dos Atenienses e as outras constituições do século V. a.C. 57

Constituição dos Atenienses 69

Bibliografia 105

Índice de povos e lugares 113

Índice analítico 114

Índice de termos políticos 117

(Página deixada propositadamente em branco)

Nota Prévia

O volume ora apresentado traz uma nova tradução da *Constituição dos Atenienses,* texto cuja autoria não se pode confirmar e que, por isso, se apresenta sob a autoria de Pseudo-Xenofonte. Apresentado originalmente como requisito para obtenção do grau de mestre pela Universidade de Coimbra, este trabalho teve a orientação da Prof. Doutora Maria de Fátima Sousa e Silva.

Esta edição conta com uma introdução que lida com algumas questões essenciais para a compreensão da *Constituição dos Atenienses*, nomeadamente: a autoria, o problema da datação e o gênero literário do tratado. Por último, oferece uma tradução acompanhada de notas de caráter histórico e filológico. Para a tradução foi utilizada a edição do texto grego de Bowersock 1967, publicada primeiramente em *Harvard Studies in Classical Philology,* vol. 71, e que passou a fazer parte da coleção *Loeb Classical Library,* integrando, em cooperação com

Marchant 1968, o volume *Xenophontis, Scripta Minora.* As edições produzidas por Marr e Rhodes 2008, Ramirez-Vidal 2005 e Frisch 1942 foram igualmente consultadas, sendo indicado em nota quando o texto grego da edição de Bowersock é preterido em virtude de uma outra. As abreviações utilizadas são da *L'Année Philologique* para revistas e do *The Greek-English Lexicon* de Liddell-Scott-Jones para as fontes gregas.

Esta tradução traz, em comparação a sua anterior (2003), feita pela Prof. Dra. Neyde Theml e pelo Prof. Dr. André Chevitarese, que gentilmente me cedeu uma cópia, a vantagem de possuir notas ao texto e mais espaço para discussão dos problemas extra-textuais da obra.

O apoio do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, da *Classica Digitalia*, por meio do Prof. Dr. Delfim Leão, e do corpo docente e discente do Instituto de Estudos Clássicos da Universidade de Coimbra deve ser salientado, e, em especial, o suporte das Profs. Dras. Maria do Céu Fialho e Adriana Nogueira e do Prof. Dr. José Ribeiro Ferreira, que compuseram o júri da defesa de dissertação. Agradeço igualmente os esforços dos colegas Félix Jacome, Jadir Pereira, Rodolfo de Araújo, Nélson Ferreira, Carlos de Jesus e Elisabete Santos que de alguma maneira contribuíram para a preparação deste livro. Explicito também meus agradecimentos ao Pedro Paulo Santos Oliveira, à Neila Maria Teixeira Ribeiro e à Gianna Geßner, que me apoiaram incessantemente. Por fim, agradeço ao Prof. Dr. Heinz-Günther Nesselrath, pela orientação durante

o período em que estive na Alemanha e à Prof. Dra. Maria de Fátima Sousa e Silva, pela inesgotável vontade de trabalhar e pelo olhar atento na correção do texto.

(Página deixada propositadamente em branco)

Introdução

Apesar de breve, a *Constituição dos Atenienses* impressiona pela quantidade de temas abordados. Sua tese principal gira em torno da defesa da democracia como a praticam os Atenienses. Para suportá-la e desarmar críticas contrárias, Pseudo-Xenofonte visita diversos tópicos conhecidos da Atenas do século V a.C. Dentre os principais temas, o autor ressalta a importância do império marítimo e descreve como a manutenção da talassocracia é possível aos Atenienses, além de oferecer uma lista abrangente das atividades jurídicas e institucionais de Atenas. Apesar de defender a democracia, o autor não se exime de criticá-la. No plano moral, apresenta-se como um oponente ferrenho do sistema, e demonstra sua postura ao criticar mecanismos democráticos que beneficiam a parte mais pobre da população, como por exemplo as liturgias.

O autor é recorrentemente referido como Pseudo-Xenofonte, principalmente na bibliografia francesa, italiana e espanhola. A tradição anglo-saxônica designa-o com o qualificativo de Velho Oligarca (*Old Oligarch*), que se tornou famoso; essa designação, no entanto, não contribui para o debate, já que não podemos inferir com certeza a idade ou a identidade do autor. Marr e Rhodes 2008 1-2 identificam-no como X, indicando somente um autor desconhecido.

No presente trabalho utilizaremos as três denominações paralelamente.

A importância deste testemunho para o estudo das relações entre os aliados da Liga de Delos deve ser evidenciada. Gomme 1945 380 aponta que durante o período entre 477 e 431 a.C. existiam diversas guarnições atenienses em Mileto, Erétria, Cálcis, Samos, entre outras, nas quais os Atenienses instituíram regimes democráticos. No que se refere ao tipo de relação estabelecida por Atenas com seus aliados, Pseudo-Xenofonte corrobora os comentários ácidos encontrados em outras testemunhas do século V a.C., como por exemplo Aristófanes *V.* 655-663 e na perdida *Babilônios,* cujo tema central era a escravização dos aliados, assim como as descrições severas feitas por Tucídides 1.112-117. O Velho Oligarca explica que os cidadãos atenienses fazem com que os aliados sejam obrigados a vir a Atenas para resolver pendências jurídicas (1.13) e que os tributos pagos pelos membros da Liga são a base da vicissitude de Atenas (1.15). Além disso, quando se refere à força terrestre, registra que esta é suficiente justamente por ser superior à de seus aliados (2.1), insinuando o controle militar dos outros membros da liga de Delos pela líder Atenas, tantas vezes relatado por Tucídides, como no caso dos Mélios (Thuc. 5.85-111). Macdowell 1978 227 sustenta, baseado no testemunho do Velho Oligarca, que estas interferências na esfera jurídica sobre os aliados possuía, para além do interesse político, claras motivações de ordem econômica e social.

Um outro aspecto muito estimado pelo nosso autor é a organização e o poder da armada ateniense. Pseudo-Xenofonte concorda com a visão clássica de que Atenas era inferior aos seus inimigos no combate por terra, mas infinitamente superior na organização naval. A familiaridade dos Atenienses com o ofício naval é vastamente conhecida. O parágrafo 1.2 destaca-se por fornecer o que pode ser considerada uma lista de oficiais de bordo. O autor elenca alguns cargos de oficiais do *curriculum* marítimo ateniense, especialmente os que poderiam ter sido desempenhados por membros do povo. O segundo capítulo destina-se, em grande parte, à discussão de estratégias militares. Fala-se da inferioridade da infantaria ateniense (2.1); da incapacidade de insulares reunirem suas forças em revolta, em razão do mar que está entre eles (2.2); da possibilidade estratégica, reservada aos que dominam o mar, de realizar ataques surpresa e de fugir com facilidade quando a força inimiga aproxima-se (2.4); e, por último, da capacidade dos talassocratas de atravessar longas extensões com relativa rapidez e facilidade, ao contrário das forças terrestres, que não conseguem ausentar-se por muito tempo de sua base (2.5). Alguns destes cenários estratégicos serão discutidos com mais detalhe no capítulo sobre a data da *Constituição dos Atenienses,* por relacionarem-se a teatros de batalha conhecidos no século V a.C.

Um outro tópico de interesse, principalmente no terceiro capítulo, é a lista de encargos do Estado ateniense e o funcionamento de suas instituições. O autor, com o intuito de explicar por que a democracia é por vezes

ineficiente, lista uma série de tarefas do conselho e da assembleia dos Atenienses: celebrar festivais, julgar processos, despachar assuntos de guerra, tratar das receitas, propor novas leis e lidar com os aliados (3.2), além de apontar diversas liturgias e julgar os processos advindos dos que não aceitam realizá-las (3.4). Refere-se a fenômenos típicos da burocracia ateniense, como o suborno (3.3). A participação popular e o número excessivo de causas são levantadas como as causas da lentidão do sistema, mas é reiterada a importância da intervenção institucional da população para o bom funcionamento da democracia. As semelhanças com as descrições das instituições feitas na *Constituição de Atenas,* atribuída a Aristóteles, são numerosas e serão apontadas em notas à tradução.

Este primeiro texto de prosa ática por nós conhecido vem sobretudo contribuir para o estudo do pensamento político na Atenas do século V a.C., por tratar-se de um testemunho rico, apesar de parcial, de um indivíduo que expressa ora teses oligárquicas, ora democráticas, sobre a vida política de uma cidade que acabou por exportar e desenvolver o modelo de democracia, que mais tarde consolidar-se-ia como uma das mais importantes heranças políticas que a Grécia clássica nos legou.

Pseudo-Xenofonte. *A Constituição dos Atenienses*

(Página deixada propositadamente em branco)

O autor da *Constituição dos Atenienses*

Nem sempre é tarefa fácil estabelecer a autoria de textos antigos. Entre o extenso rol de obras cujos autores não podem ser identificados, destacamos a *Constituição dos Atenienses.* Percorrer um breve histórico sobre a discussão do autor deste tratado proporcionará um ponto de partida para auxiliar a compreensão das ideias nele expostas. O trabalho de esclarecer este assunto mostra-se mais frutífero pelo fato de nos fazer adentrar o texto e percorrer algumas questões vitais levantadas pelo autor do que pelos resultados propriamente ditos, já que até hoje o problema da autoria não encontrou uma resposta definitiva.

Examinaremos as três principais hipóteses levantadas sobre o assunto: a primeira é a manutenção ou invalidação de Xenofonte como autor segundo a atribuição mais vulgarizada; a segunda é a escolha de outra personalidade mais ou menos conhecida para o posto; e, por último, face à impossibilidade de uma solução precisa, desenvolver o perfil psicológico e político de um autor, eventualmente com base nas informações internas do texto. Pretendo demonstrar como as discussões das duas primeiras hipóteses auxiliam na construção da terceira.

1. Xenofonte como autor?

A tradição manuscrita da *Constituição dos Atenienses* confirma, em geral, a autoria de Xenofonte de Atenas. Todos os doze manuscritos que contêm a *Constituição dos Atenienses,* na íntegra ou parcialmente confirmam a autoria de Xenofonte, o Ateniense. Inclusive, encontramos, no fim do século II. d.C., o capítulo 2.10 citado como de Xenofonte ateniense pelo lexicógrafo Pólux 7.167, 9. 43 e, no fim do século V d.C, os capítulos 1.14 e 2.20 citados por Estobeu 43. 50-51, com a mesma atribuição. A única voz contrária a esta tese na Antiguidade é a de Demétrio de Magnésia, historiador contemporâneo de Cícero, citado por Diógenes Laércio 2.57, no capítulo sobre a vida de Xenofonte. Nesta controversa passagem, a autoria da *Constituição dos Atenienses* e da *Constituição dos Lacedemônios* é posta em dúvida. A leitura tradicional é a de que ambas comporiam um só livro e, para Demétrio de Magnésia, este livro não seria de autoria de Xenofonte.

O primeiro autor moderno a desenvolver argumentos sistemáticos contra a autoria do historiador grego foi Schneider 1815 81, que levanta questões de ordem cronológica para invalidar a possibilidade de Xenofonte ter escrito o opúsculo. Nesta passagem, o autor sugere que o texto não poderia ter sido composto depois da instituição da tirania dos Trinta, portanto depois de 404 a.C., o que excluíria Xenofonte. A data indicada por Schneider não goza de unanimidade entre os estudiosos, no entanto é a primeira vez que a

datação do texto influenciaria a questão da autoria. Este comentário indicou a seguinte contradição lógica: se o texto foi produzido antes de 404 a.C. e podemos recuar a data de nascimento de Xenofonte no máximo até meados dos 430 a.C., segundo Anderson 1972 9-10, ele seria, portanto, jovem demais para ser o seu autor.

O segundo grande argumento levantado contra a teoria de Xenofonte como autor é de ordem estilística. É ponto pacífico entre os filólogos modernos que o estilo de X diverge em quase tudo do de Xenofonte. Bowersock 1968 461 abre a introdução de sua edição ao texto, caracterizando-o como *tantalizingly inept,* para em seguida adicionar *repetitive* e *awkward* à lista dos seus traços estilísticos. Em contrapartida, Xenofonte é visto como um mestre da prosa ática, de linguagem refinada e clara. O excesso de repetições, a falta de continuidade entre os argumentos e o vocabulário cotidiano do Velho Oligarca servem como argumento em favor da não autoria de Xenofonte.

Na última grande edição da *Constituição dos Atenienses*, Marr e Rhodes 2008 6-16 levantam o problema de se basear a decisão da autoria meramente em critérios estilísticos e argumentam que é possível encontrar semelhanças entre a *Constituição dos Atenienses* e a *Constituição dos Lacedemônios,* a saber*:* na estrutura do texto, nas auto-referências, no uso sistemático da segunda e da terceira pessoa do singular para ressaltar distanciamento e generalização, na organização programática das afirmações e na presença de um interlocutor imaginário. Mesmo eliminando o critério

estilístico para atribuição da obra, os autores declaram que o critério cronológico (para Marr e Rhodes o texto foi escrito entre 425-424 a.C.) é um argumento extremamente convincente para não atribuirmos a obra a Xenofonte.

O biógrafo moderno de Xenofonte, Anderson 1974 40-41, afirma que a personalidade política do historiador reúne similaridades com o texto de X; Xenofonte poderia ter escrito o opúsculo pelo seu perfil político, mas provavelmente não o fez pela sua idade. Nesta nossa reflexão, assumimos que a obra não pertence ao *corpus* de Xenofonte, aceitando tanto os argumentos estilísticos quanto os cronológicos, o que nos leva à segunda hipótese.

2. Que outro possível autor?

Diversos nomes de conhecidas personalidades foram levantados para ocupar a vaga de autor deste texto. Basicamente todas as hipóteses falham por dois motivos: ou porque sabemos demais sobre o autor em questão e a não autoria se mostra evidente, ou por não sabermos suficiente sobre a personalidade em causa, por vezes somente o nome, o que conduz o debate ao campo do possibilismo[1].

Dividiremos as hipóteses em dois grandes grupos; o primeiro é o de personalidades secundárias, de que retemos pouca informação (Xenofonte o Velho,

[1] Esta seção está baseada na compilação feita por Ramirez-Vidal 2005 46-50 e no ensaio sobre o autor do opúsculo de Leduc 1976 45-54.

Xenofonte de Melite, filho de Eurípides, e Tucídides, filho de Melésias); o segundo é o de grandes nomes do século V a.C., de que podemos construir relativamente bem uma biografia ou bibliografia (Tucídides, Antifonte e Crítias).

Xenofonte, o Velho, foi membro do círculo socrático e é referido poucas vezes em obras conhecidas, como possivelmente em D.L. 2.59. Este personagem é conhecido por ter caído do cavalo e ter sido salvo por Sócrates durante a batalha de Délio (D. L. 2.22-23). Normalmente é confundido com o historiador Xenofonte[2], não só por este episódio da queda, mas também por ser indicado como o autor dos *Hellenika*. Sua idade, sua aproximação com os círculos filosóficos de Atenas e o fato de usar o mesmo nome são os argumentos positivos para a determinação de Xenofonte, o Velho, como autor da *Constituição dos Atenienses*.

Xenofonte de Melite, filho de Eurípides, foi um nobre que ocupou a hiparquia em 446 a.C. e a estrategia em 440 a.C., tendo morrido em batalha como estratego em 429 a.C. durante a campanha na Bótica (Thuc. 2.79). A coincidência do nome e o fato de este Xenofonte ter sido tanto estratego como hiparco são os grandes argumentos para o aceitar como autor da obra, pois, em 1.3, X afirma que a *hiparquia* e a *estrategia* são as únicas posições que ainda eram ocupadas somente pela classe alta.

---

[2] Não podemos deixar de sublinhar como a homonímia pode ter responsabilidade na confusão.

Tucídides, filho de Melésias, nos é conhecido através das descrições de Aristóteles (*Ath.* 28.2), do biógrafo Plutarco (*Per.* 6.2, 8.5, 11.1-3 e 14.3) e do comediógrafo Aristófanes (*Ach.* 703-710). Teria assumido a liderança da oposição a Péricles após a morte de Címon. Seu perfil é de um oligarca radical, que possuía prodigiosa habilidade política e retórica e teria sido um dos responsáveis pela polarização vista em Atenas entre democratas e oligarcas, organizando sua própria classe em um bloco quando participavam na assembleia; foi ostracizado provavelmente no ano de 443 a.C. A escolha do filho de Melésias é baseada na aproximação política dos dois indivíduos. O autor da *Constituição*, provavelmente, pertencia à aristocracia, assim como o filho de Melésias. No entanto, a semelhança é só esta e, mesmo assim, uma análise mais aprofundada do texto revela Pseudo-Xenofonte como um aristocrata moderado, ao contrário deste Tucídides; Kagan 1969 139-141, por seu lado, defende o ponto de vista oposto, de que a visão política expressa por X poderia ser representativa dos ideais aristocráticos de Tucídides, embora elimine a possibilidade de ser este o autor do opúsculo. Além disto, somente aceitando uma datação extremamente atrasada, em torno de 440 a.C., seria plausível a autoria de Tucídides, filho de Melésias.

Defender qualquer um destes três nomes traz pouca contribuição para o debate. Todas as evidências levantadas baseiam-se em coincidências e não possuímos mais dados biográficos ou políticos sobre estas personalidades para aprofundar as pesquisas. A escolha

de um deles tem o único objetivo de dar um nome ao autor, não trazendo nenhum elemento novo para a discussão. Gigante 1953 (apud Ramirez-Vidal 2005 40) é extremamente rigoroso e afirma que não podemos usar como método científico a luxúria do possibilismo, sem termos dados concretos ou historicamente comprovados.

O segundo grupo de eventuais autores proporciona discussões mais aprofundadas, pois conhecemos melhor os postulantes.

Tucídides, o autor da *História da Guerra do Peloponeso,* aparece como uma hipótese pela semelhança dos temas abordados. A longa explanação sobre o poder naval de Atenas nos discursos atribuídos a Péricles guarda semelhança com a descrição do império naval na *Constituição dos Atenienses*. A lista de temas coincidentes é profusa e será analisada brevemente: a força de terra ateniense é menos poderosa do que a espartana (Thuc. 1.141.6, Ps. Xen. 2.1); a caracterização tirânica do império ateniense (Thuc. 2.63.2, Ps. Xen. 1.18) e o famoso discurso sobre a possibilidade de Atenas ser uma ilha e suas vantagens para o estabelecimento de uma talassocracia (Thuc. 1.143.4, Ps. Xen 2.14), que será analisado em seguida.

Em 2.14-16, onde Pseudo-Xenofonte mais se aproxima de Tucídides, inicia-se o tópico sobre a seguinte questão teórica: e se Atenas estivesse localizada numa ilha? Um levantamento feito por Romilly 1962 237-238, serviu para comparar as passagens mais significativas, ressaltando a real similitude entre as

duas exposições, e ao mesmo tempo, evidenciando a divergência vocabular e de estilo. A questão da ilha é levantada pelos dois autores de maneira quase idêntica, como mostram as seguintes passagens: *se os Atenienses, talassocratas, habitassem numa ilha* (2.14) e, por outro lado: *pois se morassemos numa ilha* (Thuc. 1.43.5). As sugestões de ação oferecidas pelos dois autores também são similares, como vemos nestes passos: *Transferem suas propriedades para ilhas* (2.16) e *enviaram de todos os lugares o gado e os animais de carga para a Eubeia e para as ilhas próximas* (Thuc.2.43.1). Frisch 1942 79-86 vai mais longe e compara as obras por completo. Os resultados de ambos os comentadores são divergentes: para Romilly 1962 240, o autor da *Constituição dos Atenienses* está mais preocupado com questões de política interna e economia com relação ao império marítimo e demonstra profunda ignorância ou indiferença com relação aos assuntos de guerra; por seu lado, Frisch 1942 87 entende que estamos diante de nada menos do que um tratado de teoria da guerra. Uma possível conclusão é a de que Pseudo-Xenofonte não conheceu, necessariamente, a obra de Tucídides, mas sim que ambos teriam dividido o mesmo ambiente político-intelectual (Marr e Rhodes 2008 5) e que, provavelmente, o tema da ilha era um lugar comum entre os cidadãos minimamente politizados.

A segunda personalidade, Antifonte de Ramnunte, fora um logógrafo profissional reconhecido pela excelência de seu trabalho. Tucídides 8.68.1 o caracteriza como um dos melhores homens de seu

tempo, hábil com as palavras, mas que não se dirigia à assembleia pessoalmente. Gernet 1954 2 explica que Antifonte pertencia a uma família conhecida por ter se associado ao regime dos tiranos e, por isso, ele próprio não teria condições de ingressar na política sem carregar esta pecha. Ainda em 8.68.1, Tucídides indica que Antifonte teria ajudado a instalar o regime oligárquico de 411 a.C, sem explicar de que maneira. O perfil político de Antifonte assemelha-se ao de Pseudo-Xenofonte, pelo fato de ambos serem oligarcas e politicamente ativos. Esta hipótese foi deixada de lado pela total divergência entre as obras que conhecemos de Antifonte, suas *Tetralogias*, e o texto de X . Se por um lado Antifonte é tido como um mestre da retórica, o autor da *Constituição dos Atenienses* peca pela falta de conexão lógica e pela topificação desconexa de seus argumentos.

Por fim, o nome de Crítias foi também aventado: "'Si une personne à Athènes fut vraiment pour l'oligarchie, et sans réserve, cette personne est Critias" (Romilly 1988 289). De acordo com a autora, Crítias tem todo o potencial para assumir a autoria do opúsculo, pois ambos assemelham-se no perfil político extremista. Esta característica não é suficiente para credenciar Crítias como autor; mas, se considerarmos o fato de que Crítias foi autor de diversas "constituições" – uma *Constituição dos Lacedemônios* escrita em verso, uma *Constituição dos Tessálios* e uma *Constituição dos Atenienses*, de que só chegou a nós o título –, não seria improvável que ele tenha escrito também esta

Constituição dos Atenienses. Como somente fragmentos destas outras constituições sobreviveram, a tarefa de comparar os dois autores mostra-se difícil. No entanto, pelo menos duas características podem ser sublinhadas: o gosto pela comparação e a coincidência de temas. Romilly argumenta que Crítias estava mais preocupado com a comparação entre o modo de vida nas diversas cidades gregas do que com suas instituições políticas. A maneira de vestir, por exemplo, aparece como tópico em sua *Constituição dos Lacedemônios* e em sua *Constituição dos Tessálios*[3]. O texto de Pseudo-Xenofonte também comenta a maneira de vestir ateniense (1.10), além de trazer diversas comparações entre modos de vida de diferentes cidades gregas. A mais célebre destas comparações é a do capítulo 1.11, entre o direito de um espartano de surrar um escravo, seja ele sua propriedade ou não, e a atitude dos Atenienses de não aplicar castigos físicos aos escravos.

Thierfelder 1969 82 levanta argumentos de ordem estilística para defender a postulação de Crítias e, principalmente, baseia-se na tradição que fez com que Pólux, em seu léxico, considerasse Crítias o autor de uma passagem da *Constituição dos Atenienses* (3.6). No entanto, o mesmo comentador resigna-se e assume: "Den wirklichen Verfasser wird weiterhin niemand mit Sicherheit nennen können." Seguimos a opinião de Thierfelder e da maioria dos estudiosos[4] e não

[3] Os fragmentos das Constituições de Crítias estão traduzidos na edição de Battegazzore e Untersteiner 1962 318-331.

[4] Frisch 1942, Ramirez-Vidal 2005, Leduc 1978 , entre outros.

escolhemos um nome para o autor, o que não invalida a necessidade desta breve capitulação das possibilidades. Como cada uma das personalidades citadas sugere uma aproximação específica com o autor, é possível agrupar estas abordagens e construir um perfil de X.

Há de se reter em mente que o autor é provavelmente um oligarca, que possivelmente ocupou uma função militar (estrategia, hiparquia ou trierarquia), que dividiu com Tucídides opiniões em voga na época, conviveu com círculos sofistas e, provavelmente, estava incluído nas conversações dos oligarcas que tramaram o golpe de 411 a.C. e o dos trinta tiranos de 404 a.C.

3. Construindo um perfil para Pseudo-Xenofonte

Construir um perfil para o autor é buscar, através de seus próprios comentários, uma identidade. É visível que ele próprio não tem interesse em se identificar em nenhum momento do texto e o que nos resta fazer é extrair de seus comentários políticos e ideológicos traços que poderão vir a compor uma personalidade.

Se podemos dizer algo sobre seu perfil psicológico é que o autor é extremamente autoconfiante (Frisch 1942 88-90). Praticamente metade dos parágrafos do texto começam ou são concluídos com uma primeira pessoa[5]. Percebemos que defende fervorosamente uma ideia coesa ao longo de todo o texto, mesmo que contraditória à primeira vista. O Velho Oligarca não propõe uma reflexão entre as duas formas de governo,

[5] Para uma lista completa das passagens em primeira pessoa ver Frisch 1942 88-89.

como se fazia com frequência na época (vide capítulo sobre o gênero do texto); tenta convencer sua audiência de que a sua visão sobre a democracia ateniense é a mais correta, e está absolutamente convencido deste fato. Uma contradição aparente é desmascarada à medida que percebemos que os argumentos de X sobre a manutenção da democracia são coerentes.

Além deste traço decidido da sua personalidade, podemos afirmar, com bastante segurança, que o autor é um Ateniense, pois utiliza a primeira pessoa diversas vezes quando refere-se a esse povo, como na seguinte passagem (1.12):

> "Eis a razão por que demos liberdade de expressão aos escravos perante os homens livres (...) Por este motivo agimos com razão ao darmos liberdade de expressão aos metecos."

Contudo, Pseudo-Xenofonte abre exceções e refere-se aos Atenienses na terceira pessoa, quando explicita sua desaprovação com relação a uma decisão por eles tomada, como, por exemplo (1.1): *Quanto à forma de governo dos Atenienses, que escolheram este tipo de constituição, eu não a aprovo.* Sempre que a forma de governo está em jogo, Pseudo-Xenofonte distancia-se dos outros Atenienses, utilizando a terceira pessoa do plural; mas, quando, por exemplo, a frota ateniense é citada, observamos uma aproximação do autor, pelo uso da primeira pessoa, como nesta frase: *Exatamente*

destes materiais são feitos os meus navios [6] (2.11). Deste modo, a relação de proximidade com a cidade de Atenas pauta-se sobre opiniões pessoais do autor, podendo configurar uma aproximação com a cidade, como no caso da frota e suas vantagens, ou um distanciamento moral bem definido, como por exemplo com relação às bases populares da democracia.

De onde o Velho Oligarca escreve? Frisch 1942 187 sugere que o autor está fora da Ática no momento de composição da obra, que foi exilado ou banido, e se dirige a oligarcas de outra cidade. A argumentação de Frisch baseia-se no uso excessivo da palavra *autothi* que indica um distanciamento; o nome "Atenas" é constantemente substituído por *autothi*[7] ao invés de *enthade.* A tradução seria, então, "lá" e não "aqui" como se esperava de alguém que escreve dentro da cidade de Atenas. Para Frisch esta é uma evidência forte o suficiente para provar que o autor escreve de fora da Ática, porém sobre Atenas. Leduc 1976 53 defende a hipótese contrária e deixa a discussão em aberto:

> "l'emploi de autothi au lieu de enthade n'est pas un argument suffisant pour faire de l'auteur un exilé. De plus, à une époque où tous les Athéniens font de longs

[6] O uso do pronome possessivo na primeira pessoa somado ao uso da palavra *naupegos* (1.2) abriu margens para a interpretação de que o Velho Oligarca seria um armador por profissão, ou seja, um projetista e construtor de navios (Varona 2009 29).

[7] E.g. 1.2 "Primeiramente, direi o seguinte: é legítimo que, em Atenas (*authoti*), os pobres e o povo recebam mais do que os nobres e os ricos, exatamente porque é o povo que conduz as naus e confere poder à cidade."

> voyages à travers la Méditerranée et où Socrate, justement, se singularise par son refus du déracinement, il serait très étonnant qu'un homme aussi éduqué que Ps-Xénophon ignore les choses de la mer et les noms des pays lointains."

3.1. A dupla personalidade política do autor

E o que dizer de seu perfil político? É evidente que ele é partidário da oligarquia; sua posição ética é explicada brevemente no parágrafo de abertura (1.1):

> "Quanto à forma de governo dos Atenienses, que escolheram este tipo de constituição, eu não a aprovo pela seguinte razão: aqueles que a escolheram optaram por privilegiar a ralé ao invés da elite."

Ao mesmo tempo, é um entusiasta da armada ateniense e vê nela a grande força de sua cidade. Em sua opinião, este potencial só é tão grande porque seus agentes, os remadores, são cidadãos com poder de decisão no governo ateniense. Se detesta o fato de o povo ter poder de decisão, por outro lado exalta o poder da armada democrática. Como conciliar este paradoxo?

Canfora 1980 91 defendeu a tese de que o texto seria um diálogo entre dois personagens: o "Oligarca moderado" e o "Oligarca obtuso". O primeiro ocupar-se-ia de todas as passagens que mostram a filiação ética nas crenças aristocráticas, enquanto que o segundo trataria de demonstrar a força que Atenas extrai de seu *dêmos* e como esta força manifesta-se na marinha.

A teoria do diálogo como gênero do texto nunca foi levada a sério, porém a base de sua argumentação é mantida. De fato, existem duas vozes em enorme contraste. Belot 1880 1-17 avançou na discussão e postulou que é possível observar duas almas, mas uma só pessoa; Leduc 1976 36-37 emprega os termos 'ético' e 'útil' para caracterizar cada uma dessas almas; por um lado, o Velho Oligarca é extremamente apegado às suas convicções morais, que o aproximam da nobreza e da oligarquia, provavelmente pela sua história de vida; mas, por outro, é fascinado pela magnitude bélica que a democracia pode oferecer, através de sua pujante marinha. O autor é tocado, então, pela utilidade da democracia. Frisch 1942 110 também corrobora o caráter dúbio do texto e afirma:

> "Thus two souls seem to be fighting in the author's breast, the one, which is idealistic and ethical, is seated in his emotional life and finds vent in all the terms of abuse directed against the Athenians and the people, the other, seated in his reason, is realistic and materialistic, and from that all the arguments originate."

Ao assumirmos o caráter decidido e autoconfiante, podemos interpretar esta aparente contradição como um plano político bem delimitado. Pseudo-Xenofonte, de fato, detesta a democracia, mas vê nela a possibilidade de Atenas exercer seu poder sobre as outras cidades gregas.

A ambiguidade não está presente somente na sua escolha entre a democracia e a oligarquia, mas também na sua própria maneira de argumentar. Pseudo-Xenofonte

é um fomentador de contrastes e exageros; ao falar das hierarquias sociais, por exemplo, sempre faz questão de colocá-las em planos totalmente opostos, numa ferrenha caracterização de conflito social.

Uma outra interpretação, menos elegante, é a de que, na verdade, era um homem prático, sabia exatamente o que queria e não estava agarrado a pressupostos éticos, apesar de os expressar com ênfase. Belot 1880 16 exprime esta opinião da seguinte maneira:

> 'A aristocracia é para ele um ideal abstrato que tem o respeito da sua razão, mas que não governa nem suas afeições, nem mesmo suas opiniões sobre a realidade. É um princípio sem consequências, uma religião sem culto, sem influência sobre sua conduta, que não o impede de argumentar e de concluir em favor da democracia. Em uma palavra, o autor, se nós o julgarmos por sua obra, lembra um pouco o homem de estado de nosso século que, durante sete dias da semana, emprega seis contra seus amigos políticos e somente o sétimo contra seus inimigos.'

Apesar de a *Constituição dos Atenienses* estar recheada de generalizações sobre grandes temas do pensamento social e econômico, o que rendeu ao seu autor a alcunha de "premier économiste et premier sociologue" (Leduc 1976 43) inclinamo-nos a pensar que o texto saiu da mente de um homem prático, envolvido na política, e que suas generalizações têm a função de provar seus argumentos de ordem política e não de desenvolver sistematizações sobre a sociedade ou sobre a economia. Não negamos a hipótese de que X era alheio

completamente aos círculos intelectuais de Atenas, especialmente o círculo sofista, mas consideramos improvável tratar-se de um sofista, no sentido estrito da palavra. Não se trata de um profissional do saber. Suas generalizações parecem ter origem não na reflexão, mas no conhecimento prático da sociedade e da economia. É mais provável que tenha tido contato com as ideias dos sofistas e feito uso delas nas ocasiões que lhe interessavam.

4. Conclusão sobre a autoria do texto

Reconhecemos a impossibilidade de se encontrar o nome do autor do texto e a dificuldade de lhe estabelecer um perfil político nítido. No entanto, oferecemos a seguinte hipótese: trata-se de um Ateniense extremamente autoconfiante e com um programa político bem definido. As crenças que defende têm base em uma ideologia oligárquica, mas suas propostas práticas dialogam com o regime democrático. É um homem de ação, talvez um estratego, um hiparca ou um trierarca, e participa da política ateniense assiduamente. É um homem culto, frequenta os círculos intelectuais e está familiarizado com as ideias dos sofistas, apesar de não ser um deles.

Este perfil não é uma conclusão irrefutável e, provavelmente, ninguém conseguirá construir um perfil definitivo para o Velho Oligarca. No entanto, pontua as várias esferas pelas quais o autor transita durante o texto. A escolha do perfil tem a função de dar coerência à tradução do texto e trazer ao leitor uma coleção de

tópicos que estão relacionados diretamente com a sua leitura como, por exemplo, o império marítimo ateniense, o pensamento sofístico e o conflito social.

A data da *Constituição dos Atenienses*

Como era esperado, o problema envolvendo a datação do presente tratado também oferece diversas dificuldades e proporcionou debates inflamados entre os críticos. Para todos os efeitos, consideramos que o texto foi escrito entre 431 e 424 a.C., concordando com as argumentações de Ste Croix 1972 309 e Marr e Rhodes 2008 6. No entanto, será feita uma breve análise dos passos que apontam pistas para a datação do texto, evidenciando argumentos favoráveis e contrários a uma datação entre 431 e 424 a.C.

A tarefa para encontrarmos a data de composição da *Constituição dos Atenienses* consiste em tentar extrair dos comentários de Pseudo-Xenofonte evidências de acontecimentos históricos, com datação segura, para estabelecer o *terminus post quem* e o *terminus ante quem* da obra. Provavelmente lemos um texto escrito durante o século V a.C.[1], especificamente durante a primeira talassocracia ateniense. Foi levantada a possibilidade de o tratado ter sido escrito durante a segunda talassocracia ateniense (378-355 a.C.), fato improvável, mas não impossível. Kalinka 1913 5 trata de descartar esta possibilidade apontando o uso da palavra *phoros*

[1] A única possibilidade de o texto não ter sido escrito durante o século V a.C. é a de termos em mãos um exercício de escola ou uma reconstituição histórica da Atenas do tempo de Péricles, tese defendida por Belot 1880.

(imposto), em 2.1, 3.2 e 3.5, como característica da primeira talassocracia, em detrimento das contribuições irregulares (*syntaxeis)* empregadas durante a segunda. Pseudo-Xenofonte descreve uma Atenas soberana nos mares, que desfruta de um sistema democrático estável e pujante. O que nos leva a acreditar que o opúsculo foi escrito antes da derrota naval na Sícilia (413 a.C) e depois da transferência da maior parte dos poderes do Areópago para a assembleia e para o conselho. Para apontar uma data segura, o ano das reformas de Efialtes (462/1 a.C) é o *terminus post quem* do tratado, mas o ano das reformas do Areópago feitas por Péricles (logo após 451/0, segundo Arist. *Athen.* 27.1) também pode ser entendido como limítrofe. Pseudo-Xenofonte, em 1.2, considera justo o povo tomar parte nos assuntos de Estado, por ser ele o responsável pela manutenção do poderio naval. O tom geral do tratado corresponde à narrativa de Aristóteles *Athen.* 27.1 sobre o estabelecimento do poder marítimo de Atenas:

> "Com efeito, Péricles retirou ao Areópago alguns dos seus poderes e, em especial, impulsionou a cidade como potência marítima, medidas que permitiam ao povo ganhar confiança para chamar a si a maior parte dos assuntos de Estado."[2]

A discussão maior entre os especialistas é sobre a inclusão do texto no período da guerra do Peloponeso ou

[2] Todas as traduções da *Constituição dos Atenienses* de Aristóteles são de autoria de Leão 2002.

antes dela. Como dependemos somente das evidências internas para desvendar a datação, devemos analisar brevemente os passos que fornecem indícios sólidos para a sua localização temporal, na perspectiva deste grande conflito da segunda metade do séc. V a.C.

1. Análise dos passos decisivos para a datação da obra

O primeiro livro, em geral, não oferece nenhuma pista específica sobre a guerra, mas relata o tipo de relação que os Atenienses mantinham com seus aliados. Em 1.14 e 1.15, o Velho Oligarca refere algumas práticas imperialistas atenienses, tais como a perseguição às elites das cidades aliadas e o pagamento dos tributos em dinheiro ao invés do fornecimento de serviço militar. Esta mudança de comportamento da hegemônica Atenas é observada, principalmente, depois de 454 a.C., quando o tesouro da Liga de Delos é transferido para o seu território e as cidades aliadas deixam de fornecer apoio militar e passam a pagar seus impostos em dinheiro.

O parágrafo 1.16 fornece evidência mais sólida: X afirma que os aliados têm de ir a Atenas para resolver suas disputas jurídicas. A afirmação encontra suporte no decreto de Cálcis (*IG* i2.39), situado usualmente em 446/445 a.C[3]. O decreto revela que todos os casos

[3] Mattingly 2002 379 entretanto argumenta a favor de uma datação mais avançada do decreto de Cálcis, em torno de 424/23 a.C., com base na invasão da Eubeia durante a guerra do Peloponeso, o que, se for correto, incidiria diretamente sobre a datação da Constituição dos Atenienses.

derivados de má conduta de funcionários públicos que envolvessem exílio, morte ou perda dos direitos políticos, deveriam ser julgados em Atenas.

Ainda sobre os impostos, mas desta vez os cobrados no Pireu sobre as mercadorias importadas, o Velho Oligarca alude, em 1.17, a um imposto de 1% (*hekatoste).* No século IV. a.C. o imposto pelo uso do porto era de 2% (*pentekoste)*, como afirma Garland 2001 88. A única referência ao *hekatoste* está nas lamentações do personagem Bdelícleon nas *Vespas* (v. 658) de Aristófanes, peça encenada em 422 a.C. Tucídides (7.28) relata que, pelas dificuldades da guerra, Atenas viu-se obrigada, em 413 a.C., a aumentar o tributo, que desde então recebeu outro nome: *eikostes* (tributo de 5%).

O segundo livro, dedicado principalmente às vantagens bélicas do império marítimo, oferece rastros sobre as estratégias militares em vigor quando o opúsculo foi escrito. Em 2.4 é descrito o estratagema de devastação das costas, manobra típica de quem controla o acesso marítimo. Péricles utiliza este meio com ênfase durante a guerra do Peloponeso em reação às invasões espartanas na Ática. Este primeiro período do conflito (431-424) ficou conhecido como guerra arquidâmica, nome do rei de Esparta defensor e condutor desse conjunto de ataques, e foi marcado pelo não enfrentamento direto das forças atenienses e espartanas. No entanto, este conjunto de saques pode também referir-se às invasões de Tólmides em 455 a.C.

Em 2.5 Pseudo-Xenofonte afirma que uma força expedicionária terrestre não poderia atravessar longas

distâncias tanto pela falta de mantimentos quanto pelas dificuldades em cruzar territórios inimigos. Esta passagem tornou-se extremamente debatida em virtude do comentário de Roscher 1842 529. O historiador alemão relacionou este passo com a bem sucedida expedição do general espartano Brásidas no verão de 424 a.C (Thuc. 4.79). Brásidas teria atravessado toda a Tessália até chegar à Macedônia com um exército de 1700 homens, fazendo com que a afirmação do Velho Oligarca perdesse a validade. Este argumento para o *terminus ante quem* da composição do texto foi duramente atacado por diversos comentadores. Ste Croix 1972 309 diz que a afirmação de Pseudo-Xenofonte não pode ser considerada como um dogma infalível[4] e que, mesmo com a exceção da campanha de Brásidas, o ensinamento continua válido. Em adição, a narrativa de Tucídides (4.78) permite-nos entender que não se tratou de uma campanha típica. O general espartano contou com a ajuda de guias tessálios e foi auxiliado por Perdicas, rei da Macedônia; e, como ressaltam Marr e Rhodes 2008 107, os Espartanos não conseguiram repetir a manobra nos dois anos que se seguiram, o que culminou com o isolamento da tropa de Brásidas e com a sua eventual derrota e morte em Anfípolis no ano de 422 a.C. O que pode se afirmar com menos preocupação é que o texto de Pseudo-Xenofonte não foi escrito logo depois da campanha de Brásidas.

[4] Como afirma Bowersock 1968 489 em nota de rodapé ao parágrafo 2.5, 'this dogma was proved false by Brasidas' march to the north in 424 and hence was probably composed before that year.'

Em 2.13 o Velho Oligarca enumera mais uma vantagem militar que os donos do mar usufruem em virtude da topografia:

> "Mais ainda: junto de toda a costa continental há um promontório ou uma ilha posicionada de frente para terra firme ou um estreito, sendo assim possível aos senhores do mar atracar em um destes lugares e pilhar os moradores do continente."

Este cenário de conflito, puramente teórico segundo Frisch 1942 57, pode ser relacionado com quatro batalhas ocorridas durante a talassocracia ateniense. Os advogados de uma datação tardia defendem que esta descrição estratégica refere-se à ocupação da ilha de Citera, no Peloponeso, feita pelo general Tólmides no ano de 456/5 a.C. na ocasião da primeira guerra entre Atenas e Esparta e da circumnavegação ateniense do Peloponeso. Para os defensores da datação depois do início do conflito entre Atenienses e Espartanos, existem três batalhas que coincidem com o relato do Velho Oligarca. No primeiro ano da guerra, a ilha de Atalante fora invadida, para conter a pirataria e defender o território de Eubeia (Thuc. 2.32). Em 424 a.C. Nícias repetiria o feito de Tólmides e invadiria a ilha de Citera com uma força de 2000 hoplitas e sessenta navios (Thuc. 4.53). No entanto, a batalha que mais se assemelha à descrição de Pseudo-Xenofonte é, sem dúvida, a de Pilos. Esta ocorreu em 425 a.C. e teve como principais generais Demóstenes, que liderou a primeira parte da campanha,

na qual 420 Espartanos foram tomados como reféns, e Cléon, que lançou uma ofensiva ainda maior sobre a ilha de Esfactéria, onde o exército espartano estava alojado, rejeitando o acordo de paz proposto pelos Lacedemônios em troca dos reféns[5]. Em termos militares, a localização e a topografia da península de Pilos oferece maior vantagem estratégica em relação à ilha de Esfactéria do que Citera, que está situada a oito quilômetros ao sul da costa da Lacedemônia. O que nos leva a pensar que Pseudo-Xenofonte tinha Pilos em mente quando escreveu este parágrafo. Em oposição, Frisch 1942 57 acredita que, se o autor tivesse a campanha de Pilos em mente, não hesitaria em citá-la nominalmente, pelo que este dado não seria decisivo para a questão da datação. Marr e Rhodes 2008 121, por outro lado, assumem que o tratado foi escrito logo após o ano de 425 a.C. pela importância política e estratégica que a campanha de Pilos representa.

O capítulo 2.14 apresenta a célebre digressão sobre as vantagens que Atenas usufruiria se fosse situada numa ilha. A proposta, discutida também por Tucídides em 1.143.5, mostra as vantagens de se habitar numa ilha quando se é soberano do mar. Algumas destas são enumeradas em formulação condicional, como:

> "Se os Atenienses, talassocratas, habitassem numa ilha, poderiam, se quisessem, causar dano sem nada sofrer, desde que dominassem o mar, sem que suas próprias terras fossem

[5] Para uma discussão tática da batalha de Pilos e Esfactéria e seus desdobramentos políticos, ver Kagan 1974 218-259.

> destruídas nem invadidas pelos inimigos."

A cláusula condicional *ei eboulonto* 'se quisessem' é suficiente para Frisch 1942 57 deslegitimar a passagem 2.14-16 como um relato histórico. Para o autor dinamarquês, Pseudo-Xenofonte está preocupado com a teoria da guerra e levanta possibilidades estratégicas não necessariamente relacionadas com fatos concretos. É coerente pensarmos que nesta passagem o autor esteja tratando de uma situação teórica; no entanto, é demasiado forçado estender esta argumentação para 2.16:

> "Ora, tendo em vista que, desde o princípio, não vivem numa ilha, fazem agora o seguinte: transferem suas propriedades para ilhas, confiando no controle sobre o mar, e assistem, sem reagir, à devastação do território ático, pois bem sabem que se fizerem questão do território, serão privados de outros benefícios maiores."

A frase *fazem agora o seguinte: transferem suas propriedades para ilhas* não apresenta *ei, an* ou outra partícula que sugira possibilidade ou pura divagação teórica. Marr e Rhodes 2008 126 defendem que, neste passo, o autor refere-se a algo que está acontecendo naquele momento, ou seja, um movimento estratégico real de Atenas e não uma possibilidade teórica. A passagem encontra paralelo em Thuc. 2.14.1, sendo decisiva para a datação da obra durante a guerra arquidâmica (431-424), justamente pela referência à estratégia de Péricles de deixar o território ático ser

devastado, tanto transferindo os bens para a Eubeia, quanto protegendo-os atrás dos muros de Atenas, que assume a função metafórica de ilha protegida das invasões inimigas. Ste Croix 1972 309 classifica enfaticamente esta passagem como vital para a datação do tratado durante a guerra do Peloponeso e afirma com severidade: 'Since the arguments for an earlier date have no substance at all, we must accept 431 as a *terminus post quem.'*

Uma outra passagem fervorosamente debatida é a seguinte (2.14):

> "Dadas as circunstâncias, porém, os fazendeiros (*geôrgountes)* e (*dêmos)* e os ricos (*plousioi)* de Atenas contemporizam mais com os inimigos, enquanto o povo (*dêmos)*, seguro de que não terá propriedades queimadas ou destruídas, vive sem medo e não os receia."

Um primeiro olhar induziria à conclusão de que esta afirmação invalida a proposição de o texto ter sido escrito durante a guerra do Peloponeso, especialmente durante a guerra arquidâmica, quando os campos áticos foram saqueados e queimados em grande extensão, havendo perdas materiais tanto para os ricos quanto para os pobres (Thuc. 2.65.2., Ar. *Ach.* 204-233). Como dizer que o povo vive sem medo, se uma grande parte da população rural foi obrigada a abandonar suas casas e morar dentro dos limites pestilentos da muralhada Atenas? Bowersock 1967 34 não hesita em tratar esta evidência como um *terminus ante quem.*

Para o autor inglês, a obra não poderia ter sido escrita durante a guerra do Peloponeso. Para buscarmos uma contraposição a esta tese, devemos relativizar a afirmação de Pseudo-Xenofonte. Como já vimos, o autor emprega técnicas de amplificação em seu discurso para fazer ressaltar as diferenças entre ricos e pobres. Neste passo, o objetivo do Velho Oligarca nada mais é do que evidenciar as perdas dos ricos, pois, proporcionalmente, eles perderiam muito mais do que os pobres, que pouco têm. Bowersock tem razão em chamar a atenção para a expressão *adeôs dzêi* ('vive sem medo'). Parece exagerado dizer que um povo em guerra vive sem medo, tema também trabalhado na comédia *Acarnenses,* que retrata o protesto e descontentamento dos moradores do maior demos da Ática, Acarnas, que viram seu território ser devastado pelas sucessivas invasões espartanas. Diceopólis resume o descontentamento dos Acarnenses nesta frase: *Quer dizer que são e salvo ia eu, bem rente à muralha, estendido... no lixo*[6].

Para contra-argumentar, Marr e Rhodes 2008 salientam a autoconfiança e otimismo presentes nas classes baixas de Atenas graças ao poderio marítimo e afirmam que toda a argumentação por trás do tratado está baseada na crença de que Atenas vivia um momento esplendoroso graças ao controle do mar. Tucídides registra o bom humor dos Atenienses em 424 a.C., momento áureo da guerra para eles:

[6] Todas as traduções de Acarnenses são de Maria de Fátima Sousa e Silva 2006.

> "Tal era o efeito do sucesso nos Atenienses que eles acreditavam que nada poderia opor-se; para eles tanto os feitos possíveis quanto os impossíveis eram alcançáveis, seja com uma grande força ou uma deficitária. A razão para tal sentimento estava nas sucessivas vitórias, que lhes inspiravam grande esperança."'

Uma abordagem similar é defendida por Woodhead 1970 36, que acredita que a Atenas democrática só prosperou porque seus cidadãos possuíam confiança (*tharsos*). Nas palavras de Woodhead: 'Self-confidence, belief in themselves, based, as is frequently emphasised, on their participation in Athen's naval sucess, and belief in their democratic mission, was the key to the sucess of the Athenian people'. Outro a discordar do argumento é Ste Croix 1972 309, por considerar que o Velho Oligarca entende o *dêmos* como população *urbana* de classe baixa e não como fazendeiros (*geôrgountes*); por isso, o *dêmos* não teria sofrido demasiado com as invasões espartanas ao território ático.

No terceiro livro, especificamente em 3.2, X lista uma série de obrigações do Conselho, entre elas a guerra, o que foi tomado como uma pista que sugerisse um estado atual de conflito. Esta aproximação não é tão evidente e podemos pensar que os assuntos bélicos eram debatidos pelo Conselho, mesmo em tempos de paz, assim como nossos atuais ministérios das forças armadas estão em pleno funcionamento, mesmo em estado de normalidade. Não obstante, Aristóteles, *Ath.*

30.5 também enumera os assuntos de guerra[7] como uma prerrogativa do Conselho.

Em 3.4 o Velho Oligarca afirma que é função do Conselho e da Assembleia velar pela manutenção dos navios e apontar quatrocentos trierarcas por ano. O número, considerado pouco realista pela maioria dos especialistas[8], pode revelar um estado de guerra atual ou iminente. Tucídides (2.13.8) afirma que, um pouco antes do início da guerra do Peloponeso, estavam disponíveis trezentas trirremes prontas para navegar, número que coincide com o dado por Diceopólis em *Acarnenses* 544-545*: Não faltava mais nada! Tratavam mas é de pôr logo no mar trezentos navios*. Em 428 a.C, durante a guerra arquidâmica, a armada ateniense contava com duzentos e cinquenta navios (Thuc. 3.17), provavelmente trezentos e cinquenta se considerarmos uma frota de elite, à parte, de cem navios (Thuc. 2.24.2). Não devemos confiar cegamente na declaração de Pseudo-Xenofonte pois, como já foi dito, este tem a tendência de exagerar os fatos e números para provar o

[7] "Os cinco homens seleccionados tratarão também de tirar à sorte a ordem pela qual se apresentarão os que desejam consultar o conselho: em primeiro lugar para assuntos de religião, em segundo para os arautos, em terceiro para as embaixadas, em quarto para as outras matérias, mas em questões de guerra, os estrategos poderão submetê-las a discussão quando for necessário".

[8] Marr e Rhodes 2008 152 concluem: 'At any rate, the evidence seems to show that, whatever the exact total numbers of Athenian triremes was during the Archidamian War, there were never as many as four hundred.' Já Frisch 1942 312 acredita que a marinha ateniense possuía outros tipos de navios, como transportadores de animais e de carga, que os trierarcas também deveriam ser selecionados para a administração destes navios.

seu argumento. No entanto, o que conspira a favor do nosso autor neste ponto é que este passo é tão somente uma enumeração das funções dos orgãos públicos, e não uma argumentação relacionada com o benefício de alguma classe social, o que normalmente ocorre quando ele exagera ou distorce algum dado histórico. Oferecendo um voto de confiança ao testemunho de Pseudo-Xenofonte, o número não é tão exagerado assim, se lembrarmos que muitos navios deveriam ficar nos estaleiros para reparação e construção, e que para estes navios também deveriam ser assinalados trierarcas, como avisa Frisch 1942 312.

O próximo passo (3.5) a nos fornecer pistas sobre a data de composição é o seguinte: *sobre a cobrança de impostos, que acontece normalmente (*hôs ta polla*) a cada quatro anos*. O passo refere-se à cobrança do tributo dos aliados da Liga de Delos, que passou a ser realizada a cada quatro anos na ocasião da celebração das Grandes Panateneias em Atenas, desde que o tesouro da simaquia foi transferido para a acrópole em 454/3 a.C. O Velho Oligarca diz que *normalmente* o imposto é cobrado quadrienalmente; isto implicaria que, pelo menos uma vez, ele tenha presenciado uma cobrança anormal de impostos. Este processo repetiu-se três vezes entre 454 e 424 a.C. A primeira foi vista em 443/2 e é indicada por Bowersock 1967 38 como a anormalidade referida por Pseudo-Xenofonte. Mattingly 1997 353, por outro lado, discorda da suposição, pois acredita que, para ser considerada uma cobrança anormal, as mudanças nas regras de recolha dos impostos deveriam ser drásticas, o

que não teria sido o caso de 443/2, onde apenas cinco novos distritos geográficos são adicionados à lista de contribuintes. A segunda anormalidade teria se dado em 428/7, mas também é contestada por Mattingly 1997 353. O comentador afirma que houve cobrança regular de impostos em 426/5. Finalmente, em 425/4, o decreto de Tudipo (*IG* i3 68) demonstra claramente uma cobrança anormal de impostos, que além de exigir contribuições financeiras consideráveis, determina a retomada da cobrança dos impostos durante as Grandes Panateneias, significando que em algum momento esta prática havia sido deixada de lado. Marr e Rhodes 2008 156, assim como Mattingly, consideram esta data um *terminus post quem*. Por outro lado, Frisch 1942 319 não acredita que o autor se refira a uma mudança drástica e sim que o período de quatro anos não era sempre observado estritamente.

A última passagem a ser analisada (3.11) é precisamente a única em que Pseudo-Xenofonte utiliza eventos históricos identificáveis para esclarecer sua generalização:

> "Sempre que tomaram o partido da classe alta, não obtiveram benefícios; pelo contrário, em pouco tempo o povo, no caso da Beócia, foi escravizado. Depois, apoiaram os Milésios da classe alta e, em pouco tempo, eles revoltaram-se e massacraram o povo. Quando escolheram apoiar os Lacedemônios contra os Messênios, em pouco tempo os Lacedemônios subjugaram os Messênios e entraram em guerra contra os Atenienses."

O Velho Oligarca defende a ideia de que os Atenienses sempre foram prejudicados quando tomaram o partido da classe alta. Esta afirmação segue a linha de pensamento apresentada em 3.10: *afinal, os semelhantes, favorecem seus semelhantes.* Para exemplificar sua teoria geral, Pseudo-Xenofonte aponta três eventos históricos concretos, a saber: as revoltas da Beócia, de Mileto e da Messênia. Sobre a primeira, Pseudo-Xenofonte provavelmente refere-se à ocupação ateniense da Beócia, iniciada após a batalha de Enófita, em 457 a.C., e com término em 446 a.C., após a derrota de Tólmides na batalha de Coroneia[9]. A derrota foi condicionada pelo apoio de Tebas aos oligarcas exilados de Coroneia. Tebas foi a única cidade que manteve um sistema de governo oligárquico na Beócia durante o período de ocupação de Atenas e, logo após a derrota desta em Coroneia, todos os regimes democráticos patrocinados pela imperialista Atenas sucumbiram, o que condiz com a descrição de Pseudo-Xenofonte. Como ressaltam Marr e Rhodes 2008 163, o verbo 'escravizar' (*douleuein)*, neste contexto, indica perda de autonomia política, ou seja, aceitação de uma oligarquia. Com esta informação em mãos, Bowersock 1967 36 sugere o ano de 446 a.C. como um *terminus post quem.*

A citada revolta em Mileto não está tão bem documentada e pode referir-se a diversos momentos da história interestatal entre Mileto e Atenas. Bowersock

[9] Para uma discussão mais elaborada da ocupação da Beócia e a revolta de Mileto, vide *A history of the classical Greek world* 478-323 BC, Rhodes 2006 44-52.

1967 37-38 sugere que a falta de pagamento do tributo por parte de Mileto entre 446 e 443 a.C. possa ser um indício da referida revolta oligárquica e ressalta a coincidência de os dois eventos terem lugar em 446 a.C., o que reforça sua proposta de um *terminus post quem* nesse mesmo ano.

O último dos eventos que Pseudo-Xenofonte cita é a revolta dos Messênios, no ano de 464 a.C, na qual Atenas, liderada por Címon, envia reforços para auxiliar Esparta contra os hilotas, que organizaram sua defesa em volta do monte Itome. Este é o último suspiro da aliança entre Atenas e Esparta firmada em virtude das invasões persas. Címon, confesso general pró-lacônico, defende o envio de reforços a Esparta em 462 a.C. e acaba utilizando todo seu capital político para tal feito. Efialtes, que costurava a reforma democrática do Areópago, não conseguiu impedir o envio dos soldados atenienses. No entanto, as tropas áticas não alcançaram os objetivos esperados e foram dispensadas de maneira humilhante pelos Espartanos, que temiam que os Atenienses mudassem de lado e passassem a defender os hilotas. O resultado deste breve alinhamento de forças é desastroso para Címon, que não consegue reverter a reforma do Areópago e é exilado. Este é o término definitivo da aliança entre Esparta e Atenas[10]. A aproximação histórica entre este evento e o comentário de Pseudo-Xenofonte ajuda-nos a confirmar que lemos um texto escrito depois das primeiras agressões

[10] Para uma discussão pormenorizada ver Rhodes 2006 24-25 e Powell 2001 109-112 .

entre Atenas e Esparta, e talvez especificamente, como apontam Marr e Rhodes 2008 164, depois da batalha de Tânagra, na Beócia, em 457 a.C (Plut. *Per*.10.1).

2. Considerações finais sobre a data do tratado

As três referências históricas citadas por Pseudo-Xenofonte permitem-nos estabelecer apenas um longínquo *terminus post quem,* e não podem ser usadas como argumento para a determinação de um *terminus ante quem* como faz Bowersock 1967 38. O autor inglês afirma que o silêncio do Velho Oligarca sobre a revolta de Samos em 411 a.C. sugere um *terminus ante quem,* pois tal evento seria um melhor exemplo para sua generalização, além de mais próximo cronologicamente do que os três utilizados. Marr e Rhodes 2008 165 argumentam que a essência da revolta de Samos foi distinta das outras três citadas, por ter se tratado de um ataque da democrática Atenas sob o comando de Péricles contra a oligarquia estabelecida em Samos[11]; desta forma não se configuraria como um apoio aos oligarcas e posterior fracasso em razão deste apoio, como prevê a generalização do Velho Oligarca.

Escolher uma data precisa para a composição da *Constituição dos Atenienses* é ousado justamente pela falta de informação externa ao texto. As evidências internas providas pelo Velho Oligarca são poucas e dúbias; no entanto, é possível ressaltar umas em detrimento de outras. A discussão sobre a possibilidade de Atenas

[11] Plutarco (*Per*. 25-28) e Tucídides (1.115-117 e 8.76) comentam a guerra entre Sâmios e Atenienses.

ser uma ilha é, sem dúvida, decisiva para apontarmos uma data. A semelhança com o discurso de Péricles presente em Tucídides especificamente sobre a estratégia ateniense de não defender o território ático para priorizar o controle marítimo e a sistemática ocupação das ilhas vizinhas, como a Eubeia, são traços fortes o suficiente para acreditarmos que estamos lendo um texto produzido durante a guerra arquidâmica. Além disso, a proximidade de conteúdo e vocabulário entre o panfleto e a peça *Cavaleiros* de Aristófanes faz-nos pensar que ambos os autores dividiram o mesmo ambiente sócio-político durante os anos 420[12].

Por fim, se esta ou qualquer data antes de 420 a.C. for correta, podemos afirmar que este é o mais antigo exemplar de prosa ática e o primeiro dedicado a uma crítica do sistema democrático (Marr e Rhodes 2008 6).

[12] Assim como as proximidades entre *Suplicantes* de Eurípides e *Vespas* de Aristófanes, como avisa Marr e Rhodes 2008 6.

A natureza da *Constituição dos Atenienses*

A única certeza sobre a forma da Constituição dos Atenienses é a de que não se trata de poesia por não obedecer a um esquema métrico. De resto, estamos no campo das especulações. O enigmático texto pode corresponder a uma carta pessoal, um discurso público, um texto recreativo para ser lido em grupos pequenos, um tratado argumentativo político, um tratado teórico sobre guerra e até mesmo um diálogo. Há uma longa discussão[1] sobre as propriedades estilísticas do texto que continua em aberto. No entanto, é possível apontar as hipóteses que gozam de uma defesa bem construída. De resto, serão também apresentadas as semelhanças, em termos de conteúdo, com outras Constituições compostas no século V a.C.

1. As características estilísticas da Constituição dos Atenienses

O tratado é pobre em recursos estilísticos, sofre com a falta de conexão entre uma ideia e outra, parece não ter meio nem fim[2] e as repetições de palavras são

[1] O estudo de Ramirez-Vidal 2005 16-27 faz um conciso apanhado do debate sobre o gênero entre os especialistas até 2005.

[2] Kalinka 1913 22-23 está convencido entretanto de que o começo do tratado é legítimo, mesmo sendo a construção *peri de* invulgar em começos de obras. Quanto ao final do opúsculo, o debate continua em aberto.

exageradas. Kirchhoff 1874 acreditava que o tratado estava demasiadamente fragmentado para ser lido como um texto completo, como por exemplo os parágrafos 1.13, sobre as casas de banho e palestras, e 2.9, sobre os sacrifícios e festivais, que parecem completamente deslocados dentro do contexto em que ocorrem (Frisch 1942 42); mas a partir da edição de Kalinka 1913, as dúvidas sobre a unicidade da obra foram postas de lado e hoje o texto é entendido como uma unidade, mesmo que apresente problemas de conexão entre os tópicos. Marr e Rhodes 2008 28 sustentam que as falhas estilísticas refletem mais a falta de habilidade do autor – o que pode denunciar sua pouca idade –, do que necessariamente uma tradição manuscrita corrupta.

Das diversas possibilidades levantadas pelos críticos, podemos eliminar algumas que já não encontram sustentação. Roscher 1841, pioneiro da crítica moderna do tratado, acreditava estar diante de um relatório feito ao governo espartano, que explicava o sistema político ateniense. Belot 1880 considerava o texto uma carta pessoal de Xenofonte ao rei Agesilau, com o objetivo de levar ao rei espartano informações sobre a marinha e o sistema político atenienses. As duas hipóteses podem ser refutadas pelo argumento defendido por Frisch 1942 e que encontra aceitação entre a maioria dos críticos da obra. Para o autor dinamarquês, o texto tem um caráter oral muito bem marcado. Frisch analisa as proposições de Pseudo-Xenofonte, municiado pelos ensinamentos de Aristóteles sobre retórica, e chega à conclusão de que este texto de prosa ática também pode ser considerado

um antecessor da retórica ateniense como a conhecemos no século IV a.C. Para o autor dinamarquês, trata-se de um discurso do tipo contínuo[3]. O caráter discursivo é defendido pelo uso excessivo de repetições e pela falta de ligação entre um período e outro (*asyndeta*[4]), típicas de um debate improvisado, mas desaconselháveis para um discurso escrito.

Ramirez-Vidal 2005 73 concorda com Frisch sobre as propriedades retóricas do texto, porém acredita que se trata de um outro tipo de discurso, o epidítico:

> "nuestro texto es un discurso epidíctico que tiene como finalidad mostrar la consistencia interna del régimen democrático de Atenas con base en el criterio de la utilidad; se emplean en él medios de persuásion de carácter artificioso, esto es, relativos al arte."

O discurso epidítico, também conhecido como demonstrativo, é pronunciado, em geral, para elogiar ou atacar uma pessoa ou ideia específica. No caso, o regime democrático é o objeto de elogio do autor, que lança mão do uso sistemático de hipérboles para gerar o efeito esperado de amplificação.

---

[3] O *lexis eiromenê* é descrito por Aristóteles, *Rh*. 3.9 1409a: *Designo contínuo aquele que não tem fim em si próprio, a não ser que o conteúdo expresso esteja concluído*. Todas as traduções da *Retórica* são da autoria de Júnior, Alberto e Pena 2005.

[4] O uso de estruturas assindéticas e repetições é comentado por Aristóteles, *Rh* 3.12. 1413b: *Para dar um exemplo, num texto escrito as estruturas assindéticas e as repetições são, com razão, elementos censurados; mas em debates orais os autores usam-nos, pois são próprios da pronunciação.*

Consoante com a ideia da origem oral do tratado, Luciano Canfora 1980 91-109 defendeu a hipótese da tradução em forma de diálogo. A tese é antiga e foi lançada por Cobet[5]. O autor sustenta que há no texto uma permanente tensão entre duas linhas argumentativas e que há indícios claros de que os períodos podem ser divididos em falas de personagens distintas[6]. Um exemplo que conferiria inteligibilidade ao texto encontra-se em 1.11:

> "- Onde os escravos são ricos, não há condições que meu escravo tenha medo de ti. Em Esparta, o meu escravo teria medo de ti!
> Mas se o teu escravo tivesse medo de mim, provavelmente ofereceria todo o seu dinheiro para se preservar de qualquer risco."[7]

As possibilidades claras de tradução em diálogo não são raras e mais exemplos podem ser encontrados em 2.11-12, 3.5, 3.8, 3.12-13. Esta hipótese ganha força com o uso da segunda pessoa do singular, embora raramente, como nos passos 1.8: *pois as razões que te fazem considerar este um mau governo*[8] e 1.9: *Mas se é um bom governo que procuras*. No entanto, esta conclusão não é definitiva, pois em outras partes do texto não há qualquer sinal de troca de interlocutor e a segunda

[5] Para uma discussão alargada da possibilidade do texto como diálogo, vide Canfora 1980 91-97.

[6] Sobre esta questão, ver o capítulo sobre a autoria do tratado, onde é discutida a problemática das duas almas do autor.

[7] Sugestão de tradução de Canfora 1980 101.

[8] 1.8: *ho gar sy nomizeis* e 1.9: *ei d'eunomian zeteis*.

pessoa pode ser entendida apenas como uma expressão de sujeito indeterminado.

Marr e Rhodes 2008 169-170, por outro lado, preferem interpretar estas evidências de interlocução como uma série de intervenções imaginadas pelo autor. Exemplos como: '*Pode questionar-se: o que poderia um homem deste nível dizer que seja útil para si e para o povo?*[9]' sugeririam que o autor possui um repertório de indagações e críticas que já teriam sido feitas anteriormente, como anunciado no parágrafo de abertura. Estas críticas impessoais são utilizadas como recurso retórico do autor, que baseia seus próprios pontos de vista na resposta das perguntas que ele mesmo traz ao debate.

Marr e Rhodes 2008 169 chamam a atenção para a importância estrutural deste recurso estilístico, pois o tratado, de maneira geral, desenvolve-se em torno deste jogo de perguntas e respostas.

2. A Constituição dos Atenienses e as outras constituições do século V a.C.

Sabendo que estamos lidando possivelmente com um texto de caráter oral, que se estrutura a partir da interação com outros indivíduos, mesmo que esta interação seja imaginada, podemos passar para a análise do conteúdo do tratado. A aproximação com outras Constituições dos séculos V e IV a.C. é inevitável.

[9] 1.7: *eipoi tis an, ti an oun gnoiê agathon autôi he tôi dêmôi toioutos anthrôpos.* Para uma lista de intervenções imaginadas, ver Marr e Rhodes 2008 169-170.

Mesmo não se tratando de um gênero literário bem definido no tempo em que o Velho Oligarca terá escrito, a apreciação dos outros textos que trataram sobre a melhor forma de governo é válida para compreender as ideias presentes na Constituição dos Atenienses.

Distinguem-se as *Politeiai* escritas na Grécia dos séculos V e IV a.C em três grupos: filosófico, científico e político. A *República* de Platão e os livros 6 e 7 da *Política* de Aristóteles são os melhores exemplos de Constituições filosóficas, pois tratam a questão da disputa entre as constituições de maneira utópica e idealizada. A *Constituição dos Atenienses* de Aristóteles é a melhor representante do tipo científico, já que trabalha com uma suposta imparcialidade e analisa diacronicamente as instituições políticas de Atenas. O último tipo abarca obras como os discursos de Péricles, especialmente a oração fúnebre, onde Tucídides recria o discurso do estratego ateniense enfatizando o modelo político democrático e os efeitos concretos na vida política e militar de Atenas decorrentes deste modelo. O texto que estudamos certamente pertence ao último tipo.

O tema principal da *Constituição dos Atenienses* não poderia ser outro senão a política ateniense. Diferentemente da obra homônima de Aristóteles, Pseudo-Xenofonte não está interessado em analisar sistematicamente a transição das sucessivas formas de governo de Atenas, nem o seu mecanismo de funcionamento. Quando descreve os procedimentos da democracia ateniense não é com a intenção de produzir uma análise imparcial, mas sim de comprovar

o seu próprio ponto de vista. Antes de mais, o texto em questão é político e não se exime desta característica. Tucídides, por exemplo, admite possíveis falhas metodológicas que possam ter afetado sua análise (Thuc. 1.22.3), mas promete ser tão fiel aos fatos quanto for possível, para que assim sua obra possa ser útil por várias gerações. Pseudo-Xenofonte não tem interesse no futuro e na sobrevivência da sua obra. Fala do presente e tem intenção de influenciar o contexto em que vive. Seus escritos, provavelmente, não teriam sobrevivido se não tivessem sido, por algum motivo, adicionados ao *corpus* de Xenofonte. Tendo este erro sido cometido, ganhamos nós, os modernos, com a possibilidade de ler um documento pontuado por diversas informações importantes sobre a política ateniense, mas que, sobretudo, fascina por ser espontâneo. É rico por escolher um lado e defendê-lo. Não incorre nos erros dos historiadores porque não pretende ser historiográfico. É um documento fossilizado que contém um elogio da democracia de um ponto de vista oligárquico. Como também não tem preocupações artísticas, como Eurípides e Aristófanes, que contribuíram igualmente para o debate sobre os diferentes tipos de constituição, não necessita de esconder as palavras na boca de personagens. O Velho Oligarca não precisa ser sutil, não precisa emocionar sua plateia, nem produzir um espetáculo. Está livre para ir direto ao ponto.

O debate sobre as características políticas dos tipos de constituição na Grécia clássica observou seu ápice no século IV a.C com as discussões de Aristóteles sobre as

mudanças constitucionais e a melhor forma de governo. Antes dele, Platão também havia teorizado sobre a constituição ideal[10]. A escrita de *Politeiai* passou a ser um gênero literário. Foram atribuídas à escola de Aristóteles cento e cinquenta e oito *Politeiai*, todas perdidas, exceto a mais célebre, a *Constituição dos Atenienses*. Crítias também escreveu, em verso, diversas *Politeiai*, tendo chegado a nós alguns fragmentos das *Constituição dos Atenienses*, *Constituição dos Lacedemônios* e *Constituição dos Tessálios*. Xenofonte deu o seu contributo ao gênero das Constituições e escreveu a *Constituição dos Lacedemônios,* obra na qual relata o modo de vida, sistema militar e organização política dos Espartanos.

Em que difere o texto de Pseudo-Xenofonte de todas estas Constituições? Primeiramente, nosso autor não tem como objetivo fazer uma análise histórica das formas de governo atenienses, como Aristóteles, não conduz uma discussão filosófica sobre qual é a Constituição ideal, como faz Platão, e não oferece uma explicação estrutural do modo de vida dos Atenienses e do seu sistema militar, como Xenofonte.

O próprio nome de seu tratado, *Athenaion Politeia*, induz-nos a crer que o conteúdo aproximar-se-ia das Constituições do século IV a.C. No entanto, esta é uma pista falsa, pois, como argumentam Marr e Rhodes 2008 2, o nome do tratado deve ter sido estabelecido posteriormente, por alguém que teria conhecimento

[10] Platão é inovador na discussão das Constituições, pois é o primeiro a buscar a constituição ideal, sem analisar necessariamente um caso existente (Bordes 1982 386)

das outras *Politeiai* do século IV. a.C. e viu na primeira linha do panfleto a sugestiva combinação vocabular *Athenaion Politeia*.

Com quais autores devemos então comparar o opúsculo de Pseudo-Xenofonte? Não é suficiente compará-lo somente com outros exemplares de prosa ática, o que nos levaria basicamente a uma aproximação com Tucídides, mas sim observar escritos de outros gêneros literários ou obras produzidas dentro e fora de Atenas para encontrarmos convergência de conteúdo. O teatro trágico de Euripídes e cômico de Aristófanes dialogam com esta pequena obra em termos de vocabulário político e de conteúdo. Além deles, Heródoto 3.80-83 também divide o mesmo interesse político ao narrar a discussão dos nobres persas sobre a melhor forma de constituição. Procederemos a uma série de breves comparações, com o objetivo de evidenciar as divergências e convergências das obras citadas até agora com o opúsculo de Pseudo-Xenofonte.

Hérodoto contribui para o debate tripartido das Constituições. Atribui a um conselho de persas a discussão sobre a melhor forma de governo, que para muitos só poderia ter ocorrido num meio grego. Um grupo de sete nobres reúne-se para decidir qual será a forma de governo persa, tendo em vista que Cambises tinha morrido sem sucessor e o governo seguinte, o dos magos, obtido por conspiração, também tinha sido banido pelo excesso de abusos. Otanes é o campeão da democracia e o primeiro a falar (Heródoto 80.6):

> "Ora, quando o povo (*plethos*) governa, esse poder tem, antes de mais, o mais belo de todos os nomes – isonomia; em segundo lugar, de todas as coisas que um monarca faz, nenhuma existe em isonomia: é por sorteio que se recebe cargos públicos, exerce-se o poder prestando contas, todas as deliberações são expostas à comunidade."[11]

Otanes e Pseudo-Xenofonte concordam unicamente na descrição do governo democrático. O sorteio (1.2), a prestação de contas (3.4), as deliberações públicas (3.2-8) e a isonomia (1.2-5) são temas presentes na *Constituição dos Atenienses*. No entanto, as escolhas políticas são diversas. Pseudo-Xenofonte age como um reformista, aceita que o governo democrático seja forte o suficiente para ser mantido e aponta os pontos positivos, mesmo não concordando com ele em princípio, enquanto Otanes acredita, sem restrições, que o melhor sistema político possível é mesmo a democracia.

Megabizo é o encarregado de defender o regime oligárquico e baseia sua argumentação nos critérios de utilidade e educação, como vemos no passo Her. 3.81:

> "Com efeito, nada há de mais insensato do que uma multidão inútil (*omilos achreios*), nada há de mais insolente (...). Como é que poderia, aliás, saber agir quem nunca foi ensinado, nem viu nada de bom em sua posse (...) e é apanágio dos melhores homens (*aristoi androi*) tomarem as melhores e mais sensatas deliberações."

[11] As traduções de Heródoto são da autoria de Silva e Abranches 1994.

Megabizo, o defensor da oligarquia no debate de Heródoto, certamente poderia fazer parte do clube de aliados políticos de Pseudo-Xenofonte. Eles dividem a mesma visão moral: existem pessoas melhores que outras e são elas que devem estar no poder. Servem-se dos mesmos argumentos para diminuir seus adversários – a falta de utilidade e a ignorância do povo. Diferenciam-se por questões práticas. Megabizo lança um voraz ataque à democracia e Pseudo-Xenofonte trabalha a possibilidade de se viver bem numa democracia. A diferença é que o Velho Oligarca tem uma democracia concreta para basear suas críticas positivas, enquanto que Megabizo raciocina apenas no plano das ideias.

O último a falar é Dario, vencedor do debate e defensor da monarquia. O futuro rei dos Persas deslegitima a oligarquia e a democracia usando um só argumento: os homens tendem a polemizar-se uns contra os outros, e desta disputa pelo primeiro lugar nascem discórdias que farão, eventualmente, com que retornem ao estado de monarquia. Pseudo-Xenofonte nada tem a dizer sobre a monarquia, pois não está interessado em debates teóricos; e, como sua realidade exige uma reflexão sobre o posicionamento político de oligarcas dentro de uma democracia, a monarquia parece uma alternativa distante demais para ser discutida neste pequeno texto.

A disposição intelectual dos persas ao discutir a melhor Constituição pode ser resumida nesta frase atribuída a Dario: *Das três alternativas que se nos deparam, democracia, oligarquia e monarquia, cada uma*

delas pode ser teoricamente defendida como a melhor. Ou seja, exige-se um debate aberto e franco sobre as virtudes e vícios das três formas de governo em sua forma ideal. Vejamos o que tem a dizer Pseudo-Xenofonte (3.9) sobre a melhor forma de Constituição no campo da especulação:

> "Em resumo, é possível descobrir muitas maneiras de melhorar a constituição. Agora preservar a democracia e, ao mesmo tempo, encontrar uma fórmula política melhor, não parece tarefa fácil. A menos que, como acabei de dizer, se trate de adicionar ou suprimir pequenos detalhes."

O autor preocupa-se essencialmente com a forma política vigente e não com uma ideia de regime político ideal. Esforça-se em encontrar soluções para reformar a democracia na prática e não se propõe a imaginar formas políticas alternativas que não tenham uma viabilidade institucional imediata. Em outras palavras, trata-se de um reformador e não de um revolucionário.

Façamos uma pequena comparação entre a *República* de Platão e o opúsculo em questão. O 'mais antigo ensaio de filosofia política utópica da história', como o chama Maria Helena da Rocha Pereira 2007 49, está envolto de temas caros à filosofia, tais como a definição das quatro virtudes cardinais, a exposição do método da dialética e a repartição da alma em três. Para cada um destes tópicos a filosofia política serve de metáfora ou símile. A pólis é analisada como um

conjunto humano e dela tenta-se extrair o conceito das três primeiras virtudes (*sophia, andreia, sophrosyne*), para que se alcance a quarta, a justiça (*dike*). Com este intuito, Platão divide a cidade em três classes, a dos guardiães, filósofos por excelência e portadores da *sophia*, a dos guerreiros, representantes da *andreia*, e a dos artífices, trabalhadores manuais. Finalmente, da harmonia entre as três classes emana a temperança (*sophrosyne*).

Como temos enveredado pela discussão da Constituição a partir do ponto de vista dos grupos sociais, vejamos como Platão (499b-c) convoca os filósofos para tomarem seu lugar como classe dominante de sua cidade ideal.

> "Por tais motivos – disse eu – e com esta preocupação, é que então dissemos, apesar do nosso receio, mas forçados pela verdade, que não há Estado, nem governo nem sequer um indivíduo que do mesmo modo possa jamais tornar-se perfeito, antes que a esses filósofos pouco numerosos a que agora chama, não perversos (*poneroi*), mas inúteis (*achrestoi*), a necessidade, saída das circunstâncias, os force, quer queiram quer não, a ocupar-se do Estado , e que este lhes obedeça; ou antes que um verdadeiro amor da filosofia verdadeira, por qualquer inspiração divina, se apodere dos filhos ou dos próprios homens que estão actualmente no poder ou ocupam o sólio real."[12]

Se for possível ler a República como uma constituição do tipo político, a sugestão principal é a

[12] Tradução de Rocha Pereira 2007.

de que a classe dominante deve ser formada por reis-filósofos inspirados por revelações divinas e munidos de amor legítimo pela filosofia. Por estas e outras sugestões o tratado é considerado utópico, pois não passa de um exercício teórico que supõe um indivíduo perfeito (ou um grupo deles), que tenha alcançado todas as virtudes, à testa do governo.

Nada pode ser mais frontal do que a proposta de Pseudo-Xenofonte. Ao abrir o tratado, a sua visão moral de mundo é delineada (1.1):

> "Quanto à forma de governo dos Atenienses, que escolheram este tipo de constituição, eu não a aprovo pela seguinte razão: aqueles que a escolheram optaram por privilegiar a ralé ao invés da elite."

Pseudo-Xenofonte tem uma visão política oligárquica e acredita na superioridade dos seus para governar. Mesmo com esta crença bem enraizada, seu propósito é defender a democracia e evidenciar as vantagens que este modo de governo traz para os Atenienses. Ou seja, o Velho Oligarca defende uma Constituição que existe e trata dos seus desdobramentos sociais e políticos na vida quotidiana ateniense. Mesmo que para isso traia suas próprias crenças morais.

As incertezas quanto à forma do texto, felizmente, não nos impedem de traçar estas e tantas outras aproximações com escritores que se debruçaram sobre a política ateniense dos séculos IV e V a.C. E, e se não podemos afirmar com certeza a qual gênero literário

pertence a Constituição dos Atenienses, devemos ressaltar a importância desta análise positiva do sistema político que ocupa lugar central na atualidade, a democracia.

(Página deixada propositadamente em branco)

Constituição dos Atenienses

(Página deixada propositadamente em branco)

1.1. Quanto à forma de governo dos Atenienses, que escolheram este tipo de constituição, eu não a aprovo pela seguinte razão: aqueles que a escolheram optaram por privilegiar a ralé ao invés da elite. Eis por que a não aprovo. Mas já que decidiram desta maneira, pretendo demonstrar como eles conseguem preservar a sua constituição e resolver os restantes assuntos de Estado, mesmo recebendo a crítica dos outros gregos.

1.2. Primeiramente, direi o seguinte: é legítimo que, em Atenas, os pobres e o povo recebam mais do que os nobres e os ricos[1], exatamente porque é o povo que conduz as naus e confere poder à cidade[2];

---

[1] Aristóteles diz que a partir das políticas atribuídas a Aristides o Justo, o povo passa a viver em situação confortável: Concedeu-se, portanto, à multidão abundância de sustento, conforme Aristides havia proposto; acontecia, de facto, que o rendimento de tributos, de impostos e dos aliados permitia alimentar mais de vinte mil homens. (Arist. *Ath*. 24.3) Ambos os autores concordam que o povo de Atenas passou a viver melhor e também com o motivo desta transferência de renda. Para Aristóteles, os impostos dos aliados eram a fonte que propiciava a abundância de sustento, enquanto que para Pseudo-Xenofonte é o poder naval que confere grandeza à cidade. Em última instância, o poder naval assegurava o pagamento regular dos impostos dos aliados, portanto ambos autores concordam com a tese de que o povo ateniense passou a viver em melhores condições em virtude do domínio marítimo.

[2] A trajetória do deslocamento da supremacia do poder terrestre para o poder naval na Grécia arcaica é comentada por Tucídides nos capítulos da arqueologia. O historiador indica Minos, o mítico

são os timoneiros, os chefes dos remadores, os superintendentes, os vigias de proa e os carpinteiros[3]

---

rei de Creta, como o primeiro a estabelecer uma talassocracia (1.4); em seguida aponta o desenvolvimento da pirataria no mar Egeu como uma fonte legítima de angariar fundos (1.5), mas constata que as cidades mais recentes e as que tinham maior facilidade de navegação construíram suas muralhas no litoral, a despeito da pirataria, aproveitando-se da localização para realizar o comércio e aumentar sua influência sobre as cidades vizinhas. Temístocles lidera o caminho para a construção do império naval ateniense, investindo na construção e proteção do Pireu (1.93.3) e na construção de uma frota capaz de defender a cidade das invasões estrangeiras, especialmente bárbaras (1.93.7). Por sua vez, Péricles representa o apogeu da expansão marítima de Atenas, defendendo uma campanha militar baseada na acumulação de riquezas através do controle do mar (1.141.5). Esta ousada estratégia evitava o confronto terrestre na Ática, deixando o território livre para que os Espartanos o arrasassem, e investia no livre acesso, através de vias marítimas, aos recursos necessários para manter uma guerra de longo prazo, apostando nas características bélicas da marinha, como o fator surpresa e a travessia de longas distâncias em um curto período de tempo (1.142). Esta política é corroborada e esclarecida seguidamente no presente tratado.

[3] A tradicional hierarquia de uma trirreme ateniense é a seguinte: trierarca, timoneiro, chefe dos remadores, pentarca, flautista, carpinteiro, vigia de proa, uma pequena guarnição militar formada por hoplitas e arqueiros, além dos próprios remadores e escravos. Os seguintes cargos são citados por Pseudo-Xenofonte: o timoneiro (*kybernetes*), mesmo sendo o segundo em comando na hierarquia naval, agia normalmente como capitão da nau por possuir experiência em navegação; o chefe dos remadores (*keleustes*) comandava o ritmo dos seus subordinados e influenciava diretamente na moral da tropa; ao superintendente (*pentekontarchos*) estava atribuída a tarefa de organizar e distribuir os mantimentos e fazer os pagamentos à tripulação; o vigia de proa (*prorates*) também possuía conhecimentos de navegação e trabalhava em cooperação com o timoneiro para evitar qualquer situação perigosa (Frisch 1942 188-189). Por último, a palavra *naupegos* traz uma dificuldade de tradução. Ela é entendida por vezes como 'carpinteiro' e por vezes como 'armador', ou seja, aquele que desenvolve e constrói

quem contribui para esse poder, muito mais do que os hoplitas, os nobres e a elite. Assim sendo, parece justo que o exercício de cargos públicos esteja aberto a todos, tanto por sorteio quanto por votação direta[4], e também parece justo que qualquer um dos cidadãos possa usar da palavra se o desejar.

1.3. Existem ainda aqueles cargos que quando bem exercidos trazem estabilidade, caso contrário põem em perigo o povo em geral. Este é o tipo de missão que o povo não deve reivindicar para si[5] – eles próprios

---

os navios. A escolha de carpinteiro é baseada no verbo *pegnumi*, que significa 'consertar' e está razoalvemente atestada a presença de um carpinteiro entre os oficiais a bordo. Para uma discussão mais elaborada sobre a hierarquia naval ateniense, ver Jordan 1972 135-152.

[4] *Archai* designa as funções públicas exercidas pelos cidadãos. Tradicionalmente, é traduzido por 'magistratura', no entanto 'função pública' ou 'cargo público' traz a mesma carga semântica com a vantagem de ser um termo corrente no português atual. Existiam basicamente duas formas de escolher um funcionário público: sorteio e votação. A eleição por meio do sorteio era aberta a todos os cidadãos acima de trinta anos, desde que eles próprios fossem voluntários. O sorteio era feito no templo de Teseu e o candidato deveria escrever seu próprio nome numa placa (*kleros),* que era depositada em um recipiente para ser posteriormente tirada à sorte juntamente com os outros candidatos. Na maioria os cargos públicos atenienses foram designados desta maneira. Hansen 1993 269 estima que os Atenienses escolhiam através do sorteio 1100 funcionários públicos por ano, incluindo os dez arcontes e os 500 membros da *boule*. Os cargos eletivos não passariam de uma centena.

[5] A diferenciação entre o método eletivo e o sorteio traz em si uma discussão sobre a oligarquia e a democracia. A eleição censitária é a norma nos governos oligárquicos, e baseia-se na excelência individual daqueles que comandam o Estado; enquanto

reconhecem que não pode haver sorteio para os cargos de general, nem para o comando da cavalaria[6]. O povo sabe que é do interesse da cidade que ele não exerça estes cargos e que sejam os mais poderosos a exercê-los. Em contrapartida existem cargos públicos que são remunerados e que trazem benefício particular; são estes os que o povo procura exercer.

1.4. Há quem se impressione[7] com o fato de em diversas circunstâncias se concederem mais benefícios à ralé, aos pobres e aos populares do que à elite, mas é

---

que a escolha por sorte é um símbolo da gestão democrática, assente no princípio da igualdade de oportunidades para todos os cidadãos (Marr e Rhodes 2008 64).

[6] Entre os cargos eletivos estava a *strategia* e a *hipparchia* por serem funções de comando militar. Estes cargos eram escolhidos anualmente na própria assembléia através do voto à mão elevada, como relata Aristóteles (*Ath*. 44.4): É na assembleia ainda que procedem à eleição dos estrategos, dos hiparcos e das outras magistraturas militares, da maneira que ao povo parecer melhor. No caso da *strategia* existiam dez vagas a serem preenchidas. Cada candidato apresentava-se e, em seguida, era submetido à aprovação dos membros da assembleia. Caso o candidato contasse com a aprovação da maioria, era incluído entre os dez *strategoi* . Se os dez postos já estivessem ocupados e outro candidato se apresentasse, o novo postulante deveria apontar contra qual dos *strategoi* entraria no pleito. Estabelecidos os dois candidatos, eles eram submetidos à escolha da assembleia novamente (Hansen 1993 272-273).

[7] A frase *epeita de ho enioi thaumazdousin* vertida como "há quem se impressione" introduz o tipo de estratégia argumentativa do autor. Ele prevê diversas críticas e as responde de maneira esquemática. Este encadeamento de perguntas e respostas foi anunciado no primeiro parágrafo, quando X afirma que irá elucidar a maneira dos Atenienses de lidar com assuntos de Estado que recebem críticas dos outros gregos. As críticas ganham forma e auxiliam o autor a organizar seu discurso.

exatamente ao defender esta prática que eles preservam a democracia. Os pobres, os populares e os de condição inferior, quando prosperam, por serem muitos os que constituem este grupo, reforçam a democracia; mas quando são os ricos e a classe alta a prosperar, os populares armam contra eles uma feroz oposição.

1.5. Em qualquer parte do mundo, a classe alta opõe-se à democracia. Nas camadas superiores há pouca desordem e injustiça e existe a preocupação com a preservação da boa moral, enquanto que entre o povo reina a ignorância, a desordem e a perversidade; a pobreza faz com que se cometa atos censuráveis, sendo a falta de educação e a ignorância de alguns o resultado da falta de dinheiro.

1.6. Pode argumentar-se: não era necessário que eles permitissem a todos o uso da palavra em igualdade de condição, nem que todos fossem aceitos no Conselho, mas que somente concedessem tais direitos aos mais competentes e aos mais dotados; no entanto, também neste aspecto foi tomada a melhor decisão, a de deixar os da ralé falarem. Se fossem os da elite a falar e a legislar, seria excelente para os do nível deles, mas mau para os membros do povo. Atualmente, porém, qualquer um da ralé que queira pode levantar-se e usar da palavra para defender os seus interesses e os do seu grupo.

1.7. Pode questionar-se: O que poderia um homem deste nível dizer que seja útil para si e para o povo? Mas

é sabido que a ignorância, a perversidade e a boa vontade dos homens do povo valem mais do que o mérito, a sabedoria e a má vontade dos que compõem a elite.

1.8. A cidade pode não ser a ideal por praticar estas regras, mas a democracia está mais protegida desta maneira. Pois o povo não deseja um governo que o escravize, por melhor que ele seja. O que o povo deseja é ser livre e comandar, pouco importa se o governo for ruim, pois as razões que te[8] fazem considerar este um mau governo são as mesmas que conferem força e liberdade ao povo.

1.9. Mas se é um bom governo que procuras, verás, em primeiro lugar, os mais hábeis estabelecendo as leis no seu próprio interesse; daí resulta que os membros da elite castigarão os da ralé e decidirão sobre os assuntos da cidade, sem permitirem que os desequilibrados decidam, falem ou sequer tomem parte na assembleia. Em virtude destas medidas, que são excelentes, o povo sucumbiria rapidamente à escravidão.

---

[8] O uso da segunda pessoa *sy nomizdeis* indica a presença de um interlocutor e reforça a ideia de que o texto é organizado de forma a responder perguntas e críticas. Três possibilidades de interlocutores podem ser aventadas: se o texto for um diálogo, como defende Canfora 1980 91, aqui está a indicação do segundo personagem, o oligarca obtuso; se o texto for fruto de um discurso feito em um simpósio, como defende Kalinka 1913, é lógico admitir a possibilidade de intervenções esporádicas que contribuiriam em matéria de conteúdo para o desenrolar do discurso; mas caso o texto seja um exercício acadêmico, tese suportada por Marr e Rhodes 2008 13-16, este tipo de intervenção pode ser considerado como uma crítica imaginada, que auxilia a organizar a discussão.

1.10. Quanto aos escravos e aos metecos, tamanha é a impunidade em Atenas que lá não é permitido castigá-los fisicamente e o escravo não te dá passagem. Vou explicar por que existe este costume local: se fosse legítimo o homem livre bater no escravo, no meteco ou no liberto, corria-se o risco permanente de surrar um Ateniense, acreditando tratar-se de um escravo; é que lá o povo não se veste melhor do que os escravos e metecos e sua aparência também em nada é melhor.

1.11. Se há quem se surpreenda com o fato de que lá é concedido aos escravos viver uma vida confortável e até, em alguns casos, em grande estilo, devo dizer que também esta prática segue claramente um propósito. Pois onde quer que haja um poderio naval é necessário, por razões financeiras, depender dos escravos[9]: pode assim receber-se parte dos rendimentos auferidos e lucrar com a sua alforria[10]. Onde os escravos são ricos,

---

[9] *Tois andrapodois* é entendido aqui como complemento de *douleuein*, traduzido por depender dos escravos. Outra possibilidade de tradução, seguida por Frisch 1942 17, é considerar o artigo e o substantivo como complemento de *anankê* e sujeito de *douleuein*, o que resultaria na seguinte tradução: é necessário que os escravos trabalhem por dinheiro.

[10] Esta passagem é tida como corrupta por diversos editores. Bowersock 1968 481 afirma que é impossível retomar o sentido original. Escolhemos a versão que aparece em ABCM: *lambanôn men prattêi tas apophoras*. A presente tradução liga o *men* ao *kai* da oração seguinte para expressar a ideia de que os proprietários de escravos recebiam duplamente: primeiro, ao arrendar a mão-de-obra do escravo para um serviço qualquer como construção civil, naval ou pequenas oficinas de artesanato, e receber uma parte dos ganhos

não há condições que meu escravo tenha medo de ti. 'Em Esparta, o meu escravo teria medo de ti![11]'. Mas se o teu escravo tivesse medo de mim, provavelmente ofereceria todo o seu dinheiro para se preservar de qualquer risco.

1.12. Eis a razão por que demos liberdade de expressão aos escravos perante os homens livres, e da mesma forma aos metecos com relação aos cidadãos. A cidade precisa dos metecos por suas diversas competências e para a manutenção da frota. Por este motivo agimos com razão ao darmos liberdade de expressão aos metecos.

1.13. Em Atenas, o povo considera fora de moda os que praticam exercícios físicos e música, não por entender estas atividades como de mau gosto, mas porque ele mesmo não tem condições de praticá-las[12].

(*apophora*); posteriormente, o senhor poderia vir a receber do próprio escravo algum valor em troca da sua alforria. É evidente que a alforria não era um processo obrigatório e o uso da palavra *ananke* é explicado pelo estilo exagerado de Pseudo-Xenofonte. Marr e Rhodes 2008 78, apesar de emendarem o texto, concordam que esta dupla exploração do escravo é a prática que legitima a passagem anterior, em que o autor afirma que os homens livres estão submetidos aos escravos por razões econômicas.

[11] Esta é mais uma evidência do caráter dialogal do texto. A frase *en de têi Lakedaimoni ho emon doulos s'ededoikei* está na ordem direta e não apresenta nenhuma partícula como *ei* ou *an* indicando sugestão ou hipótese teórica. Parece estarmos frente a um Espartano que responde ao discurso do autor explicando como é o tratamento dos escravos na Lacedemônia.

[12] O verbo *katalyô* tem normalmente o sentido de cessar, parar, interromper. No entanto, aplicar qualquer um destes três

Quanto aos encargos públicos da coregia, dos concursos atléticos e do apetrechamento das trirremes, é sabido que são os ricos que asseguram os coros, organizam as competições desportivas e equipam as trirremes, mas é o povo quem toma parte no coro ou nas competições atléticas e quem tripula as embarcações. O povo entende que deve ser pago por cantar, correr, dançar e tripular os navios, de forma a enriquecer cada vez mais e os ricos ficarem cada vez mais pobres. Nos tribunais preocupam-se mais em acumular vantagens para si do que com a justiça propriamente dita.

1.14. Sobre os aliados: ao que parece, os Atenienses navegam por aí em permanentes denúncias; odeiam a elite, dentro do princípio de que quem comanda é necessariamente odiado pelos comandados. Ora se os ricos e a elite têm força nas cidades, o império do povo de Atenas durará pouquíssimo tempo. Por esta razão privam a elite dos seus direitos políticos, confiscam-lhes o dinheiro, exilam-nos, matam-nos,

---

sentidos nesta frase implicaria dizer que os exercícios ginasiais e a prática da música foram proibidos pelo povo, o que não faz sentido. A alternativa é assumir o verbo como em Andócides, *Contra Alcibíades* (39) *ta gymnasia katalyôn*, onde Alcibíades, ao dar um mau exemplo, não praticando exercícios, contribui para que a ginástica fique fora de moda. Marr e Rhodes 2008 81 afirmam que o sentido de *dynatos* é financeiro; ou seja, o povo, por não ter condições financeiras de tomar parte nos exercícios físicos e no treinamento musical, acaba desvalorizando estas atividades, considerando-as fora de moda. A argumentação baseada no dinheiro ou na falta dele para a explicação causal de um comportamento social é recorrente no texto e por este motivo a tese de Marr e Rhodes 2009 81-82 é convincente.

enquanto intercedem a favor da ralé. A elite ateniense socorre a elite das cidades aliadas, por perceber que é no seu próprio interesse que protege os membros da classe alta das outras cidades.

1.15. Pode dizer-se que o poder ateniense depende da capacidade dos aliados em pagar tributos. Os populares considerariam ainda melhor se cada um dos Atenienses recebesse dinheiro dos aliados[13], e estes guardassem apenas o mínimo para sobreviver e se limitassem a trabalhar[14], sem capacidade de conspirar[15].

---

[13] Este tema também aparece na fala de Bdelícleon, nas Vespas de Aristófanes (vv. 705-710): *Se quisessem mesmo garantir a subsistência ao povo, seria muito fácil. Há actualmente mil cidades que nos pagam tributo. Se a cada uma delas fosse exigido sustentar vinte homens, seriam vinte mil os populares a viver com abundância de lebres, de todo o tipo de coroas e de leite creme*. Tradução de Carlos Jesus, 2009.

[14] Frisch 1947 222-223 sugere um paralelo entre a ideia de o trabalho retirar a capacidade para armar uma conspiração, como expressa em Plat. *R.* 567a: *E por terem empobrecido por causa dos impostos, eles foram obrigados a dar mais atenção aos negócios diários e desistiram de conspirar contra ele? É óbvio*.

[15] Mais uma crítica de X ao pensamento da facção popular. Depreendemos desta crítica que os populares prefeririam confiscar os bens dos aliados do que receber um imposto destinado aos assuntos da cidade-estado. Um exemplo prático deste tipo de política imperial de transferência de renda direta de indivíduos dominados a indivíduos dominantes é a tomada de Mitilene (427) e sua posterior distribuição em três mil cleruquias, sendo trezentas destinadas aos deuses e duas mil e setecentas aos cidadãos atenienses, que arrendaram as terras aos cidadãos de Mitilene por duas minas ao ano por cada terreno, como escreve Thuc. 3.50.2.

1.16. Há outra decisão do povo ateniense que parece igualmente equivocada: que os aliados de guerra sejam obrigados a navegar até Atenas em caso de processos judiciais[16]. Os aliados argumentam[17]que o povo de Atenas fica numa situação privilegiada: primeiro, por receber durante todo o ano o salário, pago pelas custas dos processos[18], e depois por poder gerir de

---

[16] *Em Sobre o assassinato de Herodes* de Antifonte (5.47), observamos afirmação parecida: à cidade não é mesmo concedida, sem a permissão dos Atenienses, condenar um indivíduo à morte. Há duas evidências epigráficas que sustentam ambas as afirmações. O decreto de Eritreia (IG. i3. 14) estabelece como lei que todos os casos de traição envolvendo a pena de morte devem ser julgados em Atenas. O decreto de Cálcis (IG. i3.40) diz que todos os casos derivados de má conduta de funcionários públicos (*euthynai*) e os que envolvessem exílio, morte ou perda dos direitos políticos deveriam também ser julgados em Atenas. Novamente Pseudo-Xenofonte adota um tom exagerado ao dar a entender que a totalidade dos processos jurídicos era julgada em Atenas.

[17] O sujeito do verbo *antilogizdontai* para Marr e Rhodes, Ramirez-Vidal e Frisch são 'os Atenienses'. Em seguida, vemos uma lista de argumentos a favor da transferência dos julgamentos para Atenas. A lista é tão incomum que inclui o lucro dos donos de cavalos ou de hospedarias. Sigo a sugestão de tradução de Bowersock e tomo 'os aliados' como sujeito do verbo, retirando o efeito irônico e transformando a frase em denúncia. Concordo entretanto com Marr e Rhodes 2008 91, para quem, independentemente do sujeito, a origem das críticas é da autoria do próprio Pseudo-Xenofonte e não dos Atenienses ou dos aliados, que servem, neste caso, como instrumento do estilo discursivo do autor.

[18] Uma taxa em dinheiro deveria ser paga pelos particulares que acionavam os tribunais. Ao fim do julgamento, o derrotado deveria pagar as duas partes. O dinheiro era encaminhado para o tesouro da cidade. Em um caso que envolvia de cem a mil dracmas, três dracmas deveriam ser pagas, caso estivesse envolvido um montante de mil a dez mil dracmas no processo, trinta dracmas eram recolhidas ao tesouro, como explica Frisch 1946 226.

casa, sem precisar viajar, as cidades aliadas. Além dessas vantagens, nos tribunais protegem o povo e arruinam os seus opositores. Mas se o contrário acontecesse, se cada indivíduo das cidades aliadas tivesse seu processo julgado regionalmente, em razão do ódio que eles têm pelos Atenienses, tratariam de arruinar aqueles dos seus concidadãos simpatizantes de Atenas.

1.17. Somam-se os benefícios que o povo ateniense tem a tirar de os processos que envolvam aliados se realizarem em Atenas. Em primeiro lugar, o imposto de 1% cobrado no Pireu[19] reverte para a cidade. Mais, sai a lucrar quem possuir uma hospedaria, assim como quem possui um par de cavalos ou um escravo para alugar. Sem contar os arautos, que beneficiam diretamente das estadas dos aliados.

1.18 Além disso, se os aliados não precisassem ir a Atenas para os julgamentos, teriam de recompensar somente os Atenienses em viagem pelo exterior, generais, trierarcas e embaixadores[20]; mas assim cada

[19] Cada navio de carga que aportava no Pireu era submetido ao imposto de 2% chamado de *pentekoste*. Esta era, provavelmente, a maior fonte de renda e não era cobrado diretamente pelo Estado, mas sim por um consórcio que possuía um contrato com o Estado. Para além do *pentekoste*, conhecemos por Pseudo-Xenofonte e por Aristófanes (*V.* 658) o *hekatoste*, ou seja, o imposto de 1%, que não deve passar de uma forma menos inflacionada do *pentekoste* (Garland 2001 88).

[20] O que está em pauta nesta passagem é o beneficiamento ilícito de funcionários de Atenas enviados para outras cidades com a missão de resolver assuntos políticos, econômicos ou militares. Sabemos que pelo menos vinte e cinco embaixadores foram

um dos aliados é forçado a bajular o povo ateniense, pois sabem que é preciso ir a Atenas para participar de um julgamento, e que aí não depende das decisões de mais ninguém a não ser das do próprio povo. Esta é a regra em Atenas. Nos tribunais, fica obrigado a apelar e a apertar a mão de qualquer um que se apresente. Por este sistema, os aliados foram-se transformando, cada vez mais, em escravos do povo ateniense.

1.19. Ademais, por causa das possessões em terras estrangeiras e das funções públicas que exercem no exterior, os Atenienses e seus escravos aprendem, sem se dar conta, a manejar o remo. Afinal, um homem que navega com frequência acaba por aprender a usar o remo, assim como seu escravo, além de se familiarizar com os termos náuticos[21].

---

acusados de irregularidades (*parapresbeia*) em suas missões, tais como suborno, e pelo menos oito deles foram condenados. O testemunho mordaz de Aristófanes em *Acarnenses* indica o ácido tratamento popular com relação aos desvios de conduta cometidos pelos embaixadores. Cf. Martins 2009 7-13.

[21] A familiaridade dos Atenienses com o ofício naval é vastamente conhecida. Thuc. 1.143.9 prega seriedade e profissionalismo com relação aos assuntos navais e em 1.143.7 afirma que se os Atenienses, que se empenham na prática naval desde a invasão dos Medos, ainda não conseguiram chegar à perfeição, os outros povos, agrários e sem experiência marítima, irão demorar muito ainda para alcançar os Atenienses neste quesito. Neste parágrafo, X oferece duas explicações para o desenvolvimento e manutenção desta habilidade: as cleruquias e os cargos públicos exercidos no exterior. As cleruquias eram numerosas, mas não se fazia necessária a visita regular dos seus donos. Quanto aos cargos públicos, Aristóteles (*Ath*. 24.3) afirma que setecentos cargos eram mantidos anualmente fora de Atenas. Marr e Rhodes 2008 96 argumentam

1.20. Os timoneiros de excelente qualidade são resultado da experiência e da prática em navegação[22]. Há os que praticam pilotando barcos convencionais,

---

que a expressão 'sem se dar conta', perfeito do verbo *lantanô*, é uma contraposição ao sistema pedagógico institucional espartano da *agoge*, ou seja, os Atenienses teriam conhecimento militar naturalmente e não por decorrência de um programa estrito desenvolvido pelo Estado. Este é mais um exagero do autor em função de sua tendência em exagerar contrastes.

[22] Plutarco (*Per*. 11.4) relata a grandiosidade do programa de treinamento da marinha de Péricles: sessenta trirremes eram enviadas por ano, nas quais um grande número de cidadãos navegava durante oito meses recebendo salários, tanto praticando quanto adquirindo experiência naval. Eddy 1968 141 defende que o número sessenta deve ser emendado para dezesseis pela implausibilidade de manter sessenta navios de guerra ativos durante oito meses por ano em tempos de paz. Segundo suas contas, a despesa com o pagamento dos remadores (aproximadamente 10.200 homens) e demais oficiais (aproximadamente 1.260 homens) passaria de 305 talentos e 3.600 dracmas por ano. Eddy 1968 144 considera a receita total de Atenas durante os anos 440 em torno de 875 talentos e calcula que os outros encargos públicos, como acumulação anual de capital, construção da acrópole e de outros templos, pagamento dos jurados e dos funcionários públicos, manutenção da cavalaria e a construção de trirremes somam gastos entre 405 e 705 talentos por ano. Eddy deixa fora das contas diversos encargos públicos como realização de festivais e conclui que seria improvável, financeiramente, um número tão elevado de trirremes ativas e tripuladas em tempos de paz. No entanto, dezesseis trirremes funcionando oito meses por ano eram suficientes para realizar o treinamento dos remadores e oficiais, além de fornecer uma reserva de trirremes permanente para reagir em caso de emergência. As três razões oferecidas por X – visitas dos colonos às cleruquias, exercício de funções públicas no exterior e o programa de treinamento – oferecem, conjuntamente, uma explicação satisfatória para o alto grau de conhecimento naval que os Atenienses possuíam. As duas primeiras são efeitos não intencionais da necessidade de uso das embarcações, enquanto que a terceira é uma política estatal definida de treinamento de pessoal.

outros em cargueiros, outros ainda – só depois dessa experiência anterior – nas trirremes. Muitos deles são por isso capazes de colocar um navio de guerra em movimento mal embarcam, por terem treinado durante toda a vida.

2.1. A infantaria pesada ateniense, que não tem uma boa reputação, foi estabelecida da seguinte forma: eles sabem que sua infantaria é inferior em número e força à de seus inimigos, mas sabem também que é mais poderosa que a de seus aliados pagadores de impostos. Consideram, então, que o poder da infantaria é suficiente enquanto forem superiores aos seus aliados.

2.2. Em adição, os Atenienses contaram com a colaboração das seguintes circunstâncias: populações continentais sob domínio têm a possibilidade de unir suas pequenas cidades e lutar em conjunto; enquanto as populações insulares, os habitantes de ilhas, não podem unir suas cidades em uma só, pois o mar está entre eles e o domínio está exatamente nas talassocracias. Mesmo se eles conseguissem, ocultamente, reunir suas forças em uma só ilha, acabariam morrendo de fome.

2.3. Das cidades continentais sob o domínio de Atenas, as maiores são controladas pelo medo e as menores por pura necessidade, pois não existe cidade que não precise importar ou exportar produtos, e para tal é necessário haver o consentimento dos senhores do mar.

2.4. Ademais, é permitido aos talassocratas fazer o que os donos da terra só ocasionalmente conseguem: devastar a terra dos mais poderosos; pois lhes é possível navegar junto à costa onde há poucos ou nenhum inimigo e, caso sejam atacados, podem embarcar e zarpar. Quem realiza tal manobra enfrenta menos dificuldades do que quem envia auxílio usando a infantaria.

2.5. Em adição, os senhores do mar podem zarpar de suas terras e navegar para onde quiserem, em contraponto aos soberanos da terra que não conseguem sair em expedição por muitos dias, pois as marchas são lentas e um corpo expedicionário terrestre não consegue carregar provisões por um período longo de tempo[23]. Para ganhar terreno com a força de infantaria é necessário passar por território aliado ou abrir caminho lutando. Por outro lado, a tropa que navega pode desembarcar onde é superior militarmente, <e não desembarcar> na região <em que for inferior>[24], mas continuar navegando

[23] Thuc. 4.79.1 descreve a longa marcha de Brásidas em 424 até a Macedônia, atravessando boa parte do território grego, e coloca em cheque a tese de Pseudo-Xenofonte de que um exército não poderia sair de sua base por um longo período de tempo. Este parágrafo é decisivo para o debate sobre a data do texto e é melhor analisado no capítulo sobre a data da *Constituição dos Atenienses*.

[24] Segundo o editor do texto, o excerto que figura entre parênteses não é confiável e deve ser entendido como uma lacuna, pois advém do manuscrito C que, para Bowersock 1967 40-42, está recheado de adições de um copista pedante que resolveu melhorar algumas passagens do texto, sendo esta um exemplo. A maior parte dos editores considera o texto de C, corrigindo-o para < οὔ δ᾽ἄν μή ᾖ , μὴ ἀποβῆναι > como aparece em Marr e Rhodes

pela costa até alcançar terras aliadas ou inimigos mais fracos do que ela própria.

2.6. Em continuação, as pragas nas lavouras, que são enviadas por Zeus[25], são suportadas com dificuldade pelos senhores da terra e com facilidade pelos senhores do mar. Pois a praga não pode alastrar-se por toda a terra ao mesmo tempo, e por isso os produtos chegam de onde há abundância aos portos dos senhores do mar.

2.7. Se se considerar também os assuntos de menor importância, em primeiro lugar, os Atenienses, em razão do domínio marítimo, misturaram-se com outros povos e descobriram produtos de consumo variados, pois o que há de especialidades na Sícilia ou

---

2008 44, Ramirez Vidal 2005 8 e Frisch 1946 22.

[25] A expressão *epeita nosous tôn karpôn, hai ek Dios eisin* refere-se à perda da lavoura por motivos ecológicos. A possibilidade de Pseudo-Xenofonte atribuir a perda da lavoura a uma questão religiosa, responsabilizando Zeus por pragas ou insucessos, é descartada. Marr e Rhodes 2008 108 explicam que o pronome relativo é usado para caracterizar o tipo de *nosoi*, ou seja, aqueles particularmente enviados por Zeus. Para o comentador esta é uma metáfora para mau tempo: 'perder a lavoura em decorrência do mau tempo'. Sigo a proposta de Ramirez-Vidal 2005 195 que entende a relativa *hai ek Dios eisin* como uma expressão cotidiana de origem religiosa, mas que já estava cristalizada, para descrever a perda da lavoura em decorrência de pragas ou doenças. A passagem é importante, pois o autor não comenta em nenhum momento sobre os efeitos da praga que se abateu em Atenas no ano 430, motivando os críticos modernos a datar o texto antes deste ano. Como Marr e Rhodes advogam uma data posterior a 430, o entendimento desta passagem como um problema com o mau tempo e não com uma praga é favorável para a argumentação da data pré-430.

na Itália, no Chipre ou no Egito, na Lídia ou no Ponto, no Peloponeso ou seja onde for, tudo isso acaba reunido em um só lugar, em virtude do império marítimo.

2.8. Mais ainda[26], por ouvirem todos os dialetos, acabaram por adotar características de uns e de outros. Enquanto que os outros Gregos, em grande parte, conservam o seu próprio dialeto, modo de vida e maneira de vestir[27], os Atenienses usam uma mistura de tudo quanto é grego e bárbaro.

2.9. Quanto aos sacrifícios, ritos religiosos, festivais e templos[28] o povo – apesar de saber que é

[26] Pseudo-Xenofonte continua a lista das vantagens menores de possuir um império marítimo. O conteúdo das vantagens descritas neste parágrafo está em disputa. Marr e Rhodes 2008 113 argumentam que o autor considera uma vantagem a importação de palavras novas para o dialeto ateniense. Ramirez-Vidal 2005 196-197 considera uma contradição levantar o aspecto da mistura de culturas, que a princípio é negativo, como um fator positivo da dominação marinha. Frisch 1942 254 cita Cícero (*R.* 2.7) para defender a tese de que este parágrafo é contraditório moralmente. O topos da influência da cultura estrangeira como algo perverso para a moralidade da cidade é debatido também em Pl. *Lg.* 704-705 e Arist. *Pol.* 1327a.

[27] Um exemplo da influência estrangeira, em termos de moda seguida pelos Atenienses nobres, é o abandono das túnicas de linho em favor de uma vestimenta mais modesta e a utilização de cabelos longos presos, seguindo a tendência espartana (Thuc. 1.6.3). Outro exemplo, trazido por Marr e Rhodes 2008 113, é o diálogo entre Bdelícleon e Filócleon nas *Vespas* de Aristófanes. O filho tenta convencer o pai a vestir uma túnica, chamada de túnica persa, feita em Ecbátana e que só pode ser encontrada em Sardes, e um par de sandálias da Lacônia (Ar. *V.* 1131-1160).

[28] Os parágrafos 2.9 e 2.10 quebram a sequência de comentários sobre as vantagens dos soberanos do mar e retomam o tema das vantagens do povo decorrentes da democracia, central no primeiro

impossível aos indivíduos pobres oferecer sacrifícios, celebrar banquetes, estabelecer novos ritos[29] e viver numa cidade bela e grandiosa[30] –, mesmo assim descobriu uma maneira de fazer tudo isto. Ou seja, a cidade realiza muitos sacrifícios, à custa do erário público, mas é o povo que aproveita os banquetes, dividindo entre si as partes dos animais sacrificados.

2.10. Há uns tantos cidadãos ricos que têm ginásios, banhos e vestiários particulares, mas o povo está construindo, para seu próprio uso, muitas palestras, vestiários e banhos públicos. A massa aproveita mais destas instalações do que os poucos e os nobres.

2.11. Entre os Gregos e Bárbaros, os Atenienses são os únicos com capacidade de criar riquezas. Pois se

---

capítulo. Frisch 1942 254 sugere que estes dois parágrafos foram deslocados da posição original, que seria entre 1.13 e 1.14.

[29] Sigo a sugestão de Brock e Heath 1995 564 e traduzo *iera* como 'ritos religiosos' nas duas ocorrências, em detrimento de 'templos' ou 'santuários', como é feito por outros tradutores. A argumentação é baseada no verbo *histasthai* (emenda feita por Kirchhoff de *ktasthai*) que rege a segunda ocorrência de *iera*. O verbo pode ser usado perfeitamente como 'estabelecer ritos sagrados', mas dificilmente significaria 'estabelecer templos' ou 'construir templos'. Soma-se o fato de os novos ritos de mistérios terem sido estabelecidos pelo povo de Atenas neste mesmo período: Bendis em 430 b.C. e Asclépio em 420 a.C. (Brock e Heath 1995 565).

[30] Esta é a única referência no texto à política democrática de construções públicas grandiosas, promovida principalmente sob o regime de Péricles e que tem como expoente a construção do Pártenon. Plutarco (*Per*. 12-14) relata as implicações políticas do embelezamento da cidade e descreve o eficaz método de trabalho empregado e os principais edifícios construídos.

uma cidade é rica em madeira para construção naval, a quem a irá vender se não tiver o acordo dos senhores do mar? E o que acontece se uma cidade é rica em ferro, cobre ou linho? Onde os irá vender se não tiver o acordo dos senhores do mar? Pois é exatamente destes materiais que são feitos os meus navios: de uma cidade vem a madeira; de outra, ferro; de outra, cobre; de outra, linho; e de outra, cera.

2.12. Além disso, eles vão proibir a exportação destes materiais para qualquer território rival[31], sob pena de se não poder mais utilizar o mar. E enquanto isto, eu, sem produzir nada, disponho de todos os produtos da terra graças ao mar. Nenhuma outra cidade possui estes dois tipos de produtos: não há na mesma cidade madeira e linho. A cidade que é rica em linho está implantada em território plano e sem madeira, do mesmo modo que da mesma cidade não vem cobre e ferro, nem há duas ou três destas matérias-primas em uma mesma cidade, mas uma encontra-se em uma cidade e outra em outra.

---

[31] A palavra *antipaloi*, traduzida por rivais, não é necessariamente sinônima de *polemios*, que significa 'inimigo de guerra'. Esta passagem possui sentido sobretudo de competição econômica e refere-se aos concorrentes de Atenas na importação e exportação de bens, e mais especificamente sobre a possibilidade de um aliado prover um rival com materiais que deveriam ser de uso exclusivo de Atenas. Marr e Rhodes 2008 118 acreditam que Pseudo-Xenofonte teria em mente Corinto por ser o mais óbvio rival comercial. A Corcira e a própria Pérsia engrossam a lista de concorrentes econômicos navais de Atenas.

2.13. Mais ainda: junto de toda costa continental há um promontório ou uma ilha posicionada de frente para terra firme ou um estreito[32], sendo assim possível aos senhores do mar atracar em um destes lugares e pilhar os moradores do continente.

2.14. Há só uma coisa que lhes falta: se os Atenienses, talassocratas, habitassem numa ilha[33], poderiam, se quisessem, causar dano sem nada sofrer, desde que dominassem o mar, sem que suas próprias terras fossem destruídas nem invadidas pelos inimigos. Dadas as circunstâncias, porém, os fazendeiros e os ricos de Atenas contemporizam mais com os inimigos, enquanto o povo, seguro de que não terá propriedades queimadas ou destruídas, vive sem medo e não os receia.

2.15. Além do mais, caso habitassem numa ilha, estariam livres de outro temor: a cidade nunca seria traída por oligarcas, não teria seus portões escancarados, nem estaria sujeita a invasões inimigas, pois como poderia tal coisa acontecer com habitantes de ilhas? Nem haveria revoltas contra a democracia se morassem numa ilha, ao passo que, nas circunstâncias atuais, se

---

[32] Pseudo-Xenofonte retorna ao tema dos benefícios estratégicos proporcionados pelo controle do mar e ressalta, como em 2.4., as vantagens geográficas que os senhores do mar possuem. No entanto, esta passagem oferece mais elementos concretos do que a anterior, excessivamente teórica. Para mais detalhes, ver o capítulo sobre a data da *Constituição dos Atenienses.*

[33] Para uma comparação entre as passagens sobre o tema da ilha presentes em Tucídides e em Pseudo-Xenofonte, ver capítulo sobre o autor da *Constituição dos Atenienses.*

houvesse uma guerra civil, os rebeldes contariam com auxílio inimigo, que viria por terra. Vivendo numa ilha, também este receio não teria razão de ser.

2.16. Ora, tendo em vista que, desde o princípio, não vivem numa ilha, fazem agora o seguinte: transferem suas propriedades para ilhas[34], confiando no controle sobre o mar, e assistem, sem reagir, à devastação do território ático, pois bem sabem que se fizerem questão do território, serão privados de outros benefícios maiores.

2.17. Mais ainda, a manutenção das alianças e dos juramentos são vitais para as cidades de regime oligárquico, e caso os acordos não sejam cumpridos ou alguém te lesar injustamente, os nomes dos poucos que ratificaram os tratados <estarão lá registrados por escrito>[35]. Em contrapartida, quando é o povo anônimo a ratificar qualquer tipo de tratado, é possível atribuir-se a responsabilidade a quem propôs o acordo ou o pôs em votação, enquanto os outros protestam, <'Eu não estava lá' ou 'Eu não concordo com o que foi decidido em assembleia geral'>[36]. E se não lhes interessa uma decisão,

---

[34] Plutarco (*Per*. 7.8) também comenta a invasão de Eubeia referindo-se às alusões feitas pelos comediógrafos sobre os maus tratos aos aliados. Para uma discussão sobre a importância da transferência das propriedades atenienses para as ilhas ver o capítulo sobre a data de composição do tratado.

[35] Emenda feita por Marr < *ta onomata grapta* > (Marr e Rhodes 2008 48).

[36] Sigo a emenda feita por Kirchhoff e reiterada por Marr e Rhodes 2008 48. <*ou parên oude areskei emoi ge' a synkeimena pynthanontai en plêrei tôi dêmôi.* >

inventam incontáveis desculpas para não fazer o que não querem. Quando algo mau acontece em decorrência das políticas do povo, logo culpam um punhado de homens como oposicionistas, pelos resultados catastróficos das suas políticas. Pelo contrário, se o resultado é positivo, atribuem a si mesmos os méritos[37].

2.18. Não é permitido falar mal do povo ou ridicularizá-lo nas comédias[38], para não estar sujeito

---

[37] Pseudo-Xenofonte introduz um novo assunto: as relações entre cidades-estados. Se em 1.14-18 , o autor tratou de observar os benefícios individuais dos Atenienses frente aos sujeitos do império ateniense, neste parágrafo, ele lida com os procedimentos internos de confecção e estabelecimento de tratados entre cidades-estados. A metodologia segue a mesma, criticar a maneira democrata de agir em favor da maneira oligárquica. Neste caso, a crítica é sobre o desrespeito aos tratados e juramentos. A possibilidade de transformar em bode espiatório o indivíduo que apresentou uma moção ou o que a pôs em votação na assembleia, com o objetivo de desrespeitar os tratados, é vista com maus olhos pelo autor. De fato, o desrespeito de tratados por parte de regime democratas não é um fenômeno raro, tendo Alcibiades como o grande motivador de tais atitudes, como relata Ramirez-Vidal 2005 202-203:

‘ En el caso del Anónimo, Gomme creía que se trata de una alusión a los intentos de Alcibíades y otros por hacer romper la paz ateniense-peloponesíaca de Nicias, y en consecuencia constituye una base para datar la obra entre el 420 y el 415. Também Serra ve en este pasaje una alusión a la actividad de Alcíbiades con vistas a establecer una alianza con Argos, actos que violaban los términos de la paz de Nicias. Ya en 420, siendo estratego Alcibíades, se estableció un tratado de paz entre Argos y Atenas, y en 418 decidieron unir sus fuerzas contra Esparta en flagrante violácion de los tratados del 421 (Ramirez Vidal 1997:58).’

[38] Este passo gerou polêmica por dar a entender que, em Atenas, teria existido um tipo de responsabilização legal da comédia ou a proibição de difamar o *dêmos* em cena. A questão do banimento

às críticas. No entanto, quando se trata de atacar particulares, encorajam qualquer um a fazê-lo, certos de que não é, na maioria das vezes, o povo ou a massa o alvo do ridículo, mas sim os ricos, os nobres e os poderosos; poucos são os pobres e populares a sofrer ataques nas comédias, e quando o são é por terem o perfil de fofoqueiros ou por tentarem tirar vantagem do povo. Nesse caso, o povo não se incomoda em vê-los ridicularizados pela comédia.

---

da comédia alicerça-se em schol. Ar. *Ach*. 67, no qual é dito que, do arcontado de Morychides até o de Eutidemo (440-437 a.C), a comédia teria sido proibida. Provavelmente trata-se de uma suspensão dos festivais durante este período (Canfora 1997 116 apud Ramirez-Vidal 2005 203), em virtude da guerra contra Samos, que teria centralizado as preocupações financeiras e não se relaciona a uma suposta censura ao teatro cômico. A outra hipótese baseia-se no schol. Ar. *Av*. 1297, que cita uma proibição relativa ao uso de nomes de particulares e não do uso do *dêmos* em si como personagem, como é o objeto da crítica de Pseudo-Xenofonte nesta passagem. Kalinka 1913 12 defendeu que a obra deveria ter sido escrita antes da encenação de *Cavaleiros* (424 a.C.), justamente pelo fato de Demos ser uma das personagens, o que invalidaria o comentário de Pseudo-Xenofonte; no entanto, o Demos, em *Cavaleiros*, não é o alvo principal da crítica do autor e sim o personagem Paflagônio, caricatura de Cléon. Outro fato conhecido através da parábase de *Acarnenses* (659-664) relaciona-se com uma possível restrição da comédia. A famosa querela entre Cléon e Aristófanes teria sido gerada depois da apresentação de *Babilônios*, peça perdida encenada nas Dionísias de 426 a.C. Macdowell 1995 42-44 defende a tese de que provavelmente houve um incidente entre os dois, mas que não teria havido necessariamente uma disputa legal em torno do caso. Como Aristófanes participou nos festivais que se sucederam, inclusive atacando Cléon e caracterizando o Demos em cena, não é possível aceitar que desta disputa tenha sido gerado um banimento ou censura à comédia.

2.19. Afirmo, então, que o povo ateniense sabe exatamente quais são os cidadãos de bem e quais os de índole duvidosa; apesar disso prefere idolatrar os que são mais convenientes e úteis aos seus interesses, mesmo que sejam de índole duvidosa; o povo tende a odiar os cidadãos de bem, pois não acredita que a excelência inata destes homens possa trazer algum benefício para si, pelo contrário, acredita que será danosa. Há também quem esteja verdadeiramente ao lado do povo, mesmo não sendo popular de origem[39].

2.20. Pessoalmente, perdoo o povo pela democracia, pois todos os que procuram o melhor para si devem ser perdoados. Por outro lado, aquele que não pertence ao povo e no entanto escolheu fazer sua vida política[40] numa cidade democrática e não numa oligárquica, assumiu uma atitude irregular, com a consciência de que, para uma pessoa de má índole, é mais

[39] Plutarco (*Per*. 7.3) afirma que Péricles, mesmo não sendo de origem popular, estava ao lado das maiorias e dos pobres. Talvez Pseudo-Xenofonte tenha em mente o estadista nesta passagem.

[40] O verbo *oikein* significa 'habitar', 'viver' ou 'residir', em sua acepção mais corrente. No entanto, Marr e Rhodes 2008 139 argumentam que, nesta passagem, o autor refere-se especificamente a viver uma vida política. Tratar-se-ia então de uma reprimenda feroz contra os cidadãos de classe elevada que participam da vida política democrática e beneficiam dela. Aceitar esta solução traz clareza e coerência ao texto, pois, se aceitarmos o verbo citado em seu sentido tradicional, teremos de entender que o autor sugere uma debandada geral da classe alta da cidade de Atenas para outras cidades, o que claramente contradiz suas outras teses, especialmente a que exalta o poder naval de Atenas.

fácil passar desapercebido em uma cidade democrática do que numa oligárquica.

3.1. Quanto à forma da constituição dos Atenienses, eu não a aprovo, mas uma vez que escolheram o regime democrático, penso que o souberam preservar bem pelos meios que expus[41]. No entanto, vejo que alguns culpam os Atenienses pelo seguinte motivo: por vezes nem o Conselho nem a Assembleia chegam a uma conclusão sobre os assuntos de um particular, mesmo que ele tenha esperado durante um ano[42]. Mas isto acontece em Atenas unicamente pelo excesso de processos, porque não é possível deliberar-se sobre todos os casos e despachá-los.

3.2. Como poderiam eles fazê-lo? Se, primeiramente, têm de celebrar mais festivais[43] que

---

[41] Pseudo-Xenofonte retoma o parágrafo de abertura e afirma novamente que é contrário ao regime democrático por princípios morais, mas defende a maneira pela qual e o governo democrático foi estabelecido, em grande parte pela ligação entre o regime democrático e o império ateniense e seus benefícios econômicos.

[42] O tema da lentidão burocrática inerente ao governo democrático de participação direta é levantado por Pseudo-Xenofonte. No entanto, ao contrário do que se espera, o autor faz uma defesa do sistema, mesmo sendo ele lento e ineficaz, alegando que o número elevado de processos e tarefas públicas em geral é a razão da lentidão, removendo a culpa do próprio processo democrático, que é necessariamente mais lento do que o oligárquico. O herói aristofânico Diceopólis (*Ach.* 25-30) enfrenta problemas semelhantes aos enunciados pelo Velho Oligarca: ele se depara com a burocracia e lentidão da assembleia e com o excesso de assuntos a serem resolvidos.

[43] A posição destacada de Atenas perante as outras cidades gregas em relação aos festivais religiosos é encontrada também em outros

qualquer outra cidade grega (durante os quais a capacidade de gerir os assuntos do Estado é mínima); depois devem julgar um número tão elevado de processos privados e públicos, de prestações de contas[44], como nem todos os outros homens todos juntos conseguiriam; além da discussão, no Conselho, de matérias sem conta, guerra, receitas públicas, atividade legislativa, e outros assuntos do dia a dia da cidade; no que respeita os aliados, as questões são também inúmeras, cobrança de impostos e inspeção de estaleiros e santuários. Tendo em vista todas estas responsabilidades, alguém surpreender-se-á se eles não conseguirem negociar com todos os homens da terra?

3.3. Ouve-se dizer: se alguém for ao Conselho ou à Assembleia com dinheiro na mão, tem o seu processo tramitado. Eu concordo que muito se resolve em Atenas com dinheiro e mais ainda resolver-se-ia se mais dinheiro fosse gasto. Mas a verdade é que a cidade não conseguiria despachar todos os assuntos encaminhados nem se dessem aos conselheiros e membros da Assembleia todo o ouro e a prata do mundo.

---

testemunhos, tais como Thuc. 2.38.1. Uma ode aos festivais aparece em Ar. Nu. 300. Os nomes dos festivais são citados no parágrafo 3.4.

[44] Os processos privados (*dikas*) e públicos (*graphas*) distinguem-se por terem acusadores diferentes. Enquanto que nos processos privados o acusador tem de ser obrigatoriamente a pessoa lesada, nos processos públicos qualquer cidadão pode assumir o papel de acusador. O processo de Socrátes, por exemplo, foi um processo público. A prestação de contas (*euthyna*) era a avaliação oficial que a Assembleia fazia de cada funcionário público ao término de seu mandato (Varona 2009 128-130).

3.4. É preciso arbitrar as disputas decorrentes dos processos por falta de manutenção de navios[45], ou por construção em terreno público. Além disso, todos os anos se julgam os processos que envolvem os coregos nas Dionísias, Targélias, Panateneias, Prometeias e Hefesteias[46]. Há também que apontar quatrocentos

[45] Consoante com Arist. *Ath*. 46.1: *o conselho supervisiona também a manutenção das trirremes já feitas, bem como das suas equipagens.*

[46] Dionísias ou Grandes Dionísias refere, como é sabido, o festival citadino em honra de Dionísio, que era celebrado entre 9 e 13 do mês *elaphebolion* (últimos dias de março). Era o festival mais importante em termos de teatro, ou seja, exigia coregos que estivessem dispostos a investir bastante na preparação dos coros. Tornou-se importante em razão das políticas culturais de Pisístrato e era aberto a toda comunidade helênica, funcionando também como propaganda da riqueza, do poder e do espírito público de Atenas; era nessa ocasião que os aliados traziam seus tributos (Pickard-Cambridge 1991 58). As Targélias, festival em honra de Apolo, aconteciam no sétimo dia do mês que leva seu nome (*thargelion* – entre maio e junho). Possuíam uma relação estreita com a fertilidade. Era durante este festival que se procedia também à purificação da cidade: dois homens eram alimentados às custas da cidade e logo em seguida eram expulsos, simbolizando a eliminação do mal em Atenas (Simon 1983 76-79). As Panateneias eram celebradas anualmente em honra de Atenas durante o *hekatombaion* (entre julho e agosto). É considerado o festival mais importante de Atenas e era composto por uma vigília, procedida por uma corrida noturna de tochas; o dia seguinte iniciava com uma grande procissão com a finalidade de levar à deusa o peplos; realizava-se então uma hecatombe e, em último lugar, tinham lugar as competições, destacando-se os concursos de música, regatas, corridas de carro e as provas atléticas (Rocha Pereira 2006 350-355). Hefesto era um dos principais deuses de Atenas e as Hefesteias tinham como principal característica a corrida de tochas, assim como as Prometeias, e o sacrífício de gado no templo de Hefesto. A datação exata do festival é um trabalho árduo pela escassez de

trierarcas por ano e, durante este ano, arbitrar as reivindicações levantadas por eles. Além disso, devem examinar a idoneidade dos candidatos a funcionários públicos e julgar os processos daí advindos[47], apurar o número de orfãos e designar os guardas prisionais. E tudo isto ocorre todos os anos.

3.5. Durante este tempo, têm de arbitrar sobre as deserções e outros delitos imprevistos que acontecem, como é o caso de irregularidades fora do comum e atos impiedosos. E deixo de lado muitas outras atribuições do estado ateniense. A maior parte entretanto foi referida, exceto a cobrança de impostos, que acontece normalmente a cada quatro anos[48].

3.6. Ora vejamos, é preciso refletir sobre a seguinte questão: todos os casos devem ser julgados? Então que

---

fontes; no entanto, estima-se que tenha ocorrido anualmente no mês de *mounychion*, entre abril e maio (Simon 1983 51-55).

[47] A *dokimasia* era uma espécie de apuramento moral e cívico, a que cada candidato a cargo público deveria ser submetido para ser considerado apto a exercer o cargo. Ao fim de cada ano, os membros do Conselho organizavam e examinavam os candidatos a conselheiros do ano seguinte. Encontra-se em Aristóteles a descrição deste mecanismo: *Cabe ainda ao Conselho examinar a idoneidade (dokimazdei) dos membros do Conselho, que irão ocupar o cargo no ano seguinte, bem como a dos nove arcontes; anteriormente, a sentença de exclusão era soberana, mas agora os visados têm direito de apelo ao tribunal'* (Arist. *Ath*. 45.3). Como explica Aristotéles, esta ação era passível de ser contestada pelo candidato, propiciando o que Pseudo-Xenofonte nomeia: julgar os processos daí advindos (*diadikasai*). Para mais informações, vide Macdowell 1978 170.

[48] Refere-se à cobrança dos impostos dos aliados da Liga de Delos e não aos impostos sobre os cidadãos atenienses.

nos digam quais não devem ser cá julgados. Porque se se concluir que tudo deve ser submetido a julgamento, é necessário que o seja durante um ano; ora a verdade é que atualmente, ao longo de um ano, os magistrados em exercício já não conseguem dar fim à delinquência, em razão do excesso de gente.

3.7. Vejamos ainda: haverá quem diga que é necessário julgar, contanto que sejam em menor número os que julguem[49]. Conclusão inevitável: a menos que se formem poucos tribunais, haverá poucos juízes em cada tribunal, o que facilitaria arranjos escusos com os poucos juízes e o suborno[50]; assim seria mais fácil julgar de forma menos justa.

---

[49] A composição dos júris em Atenas seguia um processo complexo e ao mesmo tempo prático. Para ser apto ao cargo, o voluntário deveria ter pelo menos trinta anos e ser cidadão. Do universo de voluntários, eram selecionados, por meio da sorte, seis mil juízes por ano; estes compunham a *eliaia*, termo que designava tradicionalmente a própria Assembleia dos cidadãos e depois passou a referir-se somente ao conjunto dos jurados. A partir do grupo dos seis mil, eram formados, aleatoriamente (através de um complexo processo descrito por Arist. *Ath*. 63-67), os pequenos tribunais deliberativos. Um tribunal contava, normalmente, com um grupo que variava de quinhentos a dois mil jurados, dependendo da importância do caso em questão. O pagamento pelo serviço de jurado, instituído por Péricles (Arist. *Ath*. 27.3), era de dois óbolos por dia, e depois foi aumentado para três obólos diários, por influência de Cléon (MacDowell 1978 33-40).

[50] Sabe-se por Aristóteles (Ath. 27.5) que, em 409 a.C., Ânito teria conseguido sua absolvição da acusação de falha militar por meio de suborno. O que demonstra que as acusações de Pseudo-Xenofonte têm algum fundamento.

3.8. Ademais, é preciso ter em conta que os Atenienses têm de organizar festivais, durante os quais os julgamentos ficam suspensos, e organizam o dobro de festivais que as outras cidades. E estou apenas a considerar os equivalentes aos que a cidade organiza, e que são pouquíssimos. Nestas circunstâncias entendo que não há outra forma de lidar com os negócios públicos em Atenas se não da maneira como eles o fazem nos dias de hoje. Exceto por algum detalhe que possa ser suprimido ou adicionado, mas não é possível mudar muito sem afetar a democracia.

3.9. Em resumo, é possível descobrir muitas maneiras de melhorar a constituição. Agora preservar a democracia e, ao mesmo tempo, encontrar uma fórmula política melhor[51], não parece tarefa fácil. A menos que, como acabei de dizer, se trate de adicionar ou suprimir pequenos detalhes.

3.10. Parece-me que os Atenienses não decidiram corretamente ao escolher apoiar a classe baixa nas cidades em guerra civil. Mas eles têm uma razão para tal, pois se preferissem a classe alta, escolheriam o que em nada se relaciona com o seu sistema; em qualquer cidade é a classe baixa que favorece o povo. Pelo contrário, é a gentalha em toda cidade que favorece o povo. Afinal, os semelhantes favorecem seus semelhantes. Por esta

[51] Para uma discussão alargada sobre o tópico da melhor constituição, ver capítulo sobre a natureza da *Constituição dos Atenienses.*

razão os Atenienses escolhem os que alinham com eles próprios.

3.11. Sempre que tomaram o partido da classe alta, não obtiveram benefícios; pelo contrário, em pouco tempo o povo, no caso da Beócia, foi escravizado. Depois, apoiaram os Milésios da classe alta e, em pouco tempo, eles revoltaram-se e massacraram o povo. Quando escolheram apoiar os Lacedemônios contra os Messênios, em pouco tempo os Lacedemônios subjugaram os Messênios e entraram em guerra contra os Atenienses[52].

3.12. Há quem pense que nenhuma outra cidade promove tanto a cassação injusta dos direitos de cidadão[53]. Eu, por minha parte, sustento entretanto que são poucos os que são cassados injustamente, embora haja alguns. Ora é preciso mais do que uns poucos para atentar contra a democracia ateniense. Sendo assim, não interessa considerar os que são cassados justamente, mas apenas os que o são injustamente.

3.13. Como poderia alguém pensar que constituem uma maioria os que são injustamente privados dos seus

---

[52] Para uma discussão sobre estes eventos históricos e sua importância para a datação do texto, vide capítulo sobre a data da *Constituição dos Atenienses*.

[53] A perda dos direitos de cidadão (*atimia*) consistia, na segunda parte do século V a.C., na perda dos privilégios da vida pública. Quem recebesse essa dura pena não poderia mais exercer um cargo público, nem ser jurado ou membro da *Boulê*, e nem mesmo votar ou se pronunciar na Assembleia. Para uma discussão alargada desta complexa questão, vide Macdowell 1978 73-75.

direitos de cidadão em Atenas, quando é o povo quem ocupa os cargos públicos? É o exercício irregular das funções públicas ou o dizer ou agir de forma incorreta o que causa em Atenas a perda de direitos políticos. Em consequência, não é de se esperar, da parte dos cassados, qualquer reação perigosa.

(Página deixada propositadamente em branco)

Bibliografia

Edições e traduções

A. L. Almeida (1999), *Tucídides, História da guerra do Peloponeso*, livro 1. São Paulo, Martins Fontes.

A. Battegazzore, M. Untersteiner (1962), *Sofisti: testimonianze e frammenti Fascicolo quarto Antifonte, Crizia*. Firenze, La nuova Italia Editrice.

E. Belot (1880), *La république d'Athènes, Lettre sur le gouvernement des Athéniens adressée en 378 avant J.C. par Xénophon au roi de Sparte Agésilas.* Paris, Pédone-Lauriel.

G. W. Bowersock (1966), "Pseudo-Xenophon", *HSPh* 71, 33-55.

—— (1968), *"Pseudo-Xenophon". Constitution of the Athenians,* in E.C. Marchant, *Xenophontis, Scripta Minora.* Massachussets, Loeb Classical Library, vol. VII.

A. Croiset (2001), *Platon, oeuvres complètes: Protagoras.* Paris, Les Belles Lettres.

A. M. Ferreira, A. R. Rodrigues (2010), *Plutarco. Vidas Paralelas: Péricles e Fábio Máximo.* Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos.

H. Frisch (1942), *The „Constitution of the Athenians". A Philological-historical Analysis of Pseudo-*

Xenophon's Treatise 'De Republica Atheniensium". Copenhague, Gyldendal.

L. Gernet (1954), *Antiphon discours suivis des fragments d'Antiphon le sophiste.* Paris, Belles Lettres.

C. M. Jesus ([2]2009), *As Vespas, Aristófanes. Introdução, tradução do grego e notas.* Coimbra, Festea-tema clássico.

M. A. Júnior, P. F. Alberto (2005), *Aristóteles - Retórica.* Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

E. Kalinka (1913), *Die pseudoxenophontische Athenaion Politeia. Einleitung, Übersetzung, Erklärung.* Leipzig e Berlim, Teubner. R. Kassel, C. Austin (1984), *Poetae Comici Graeci. Vol III.2 Aristophanes , Testimonia e Fragmenta.* Berlim, Walter de Gruyter.

A. Kirchhoff (1874), *Xenophontis qui fertur libellus de republica atheniensium.* Berlim, Hertz.

D. Leão (2009), *A Constituição dos Atenienses, Aristóteles. Introdução, tradução do original grego e notas.* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

C. Leduc (1976), *La Constitution d'Athènes attribuée à Xénophon*. *Traduction et commentaire*. Paris, Les Belles Lettres.

H. S. Long (1964). *Διογένης Λαέρτιος. Βίοι καὶ γνῶμαι τῶν ἐν φιλοσοφίᾳ εὐδοκιμησάντων.* Oxford, Oxford Clarendon Press.

K. J. Maidment (1941), *Minor Attic Orators, Volume 1: Antiphon.Andocides*. Massachussets, Loeb Classical Library.

J. L Marr, P. J. Rhodes (2008). *The "Old Oligarch". The constitution of the Athenians attributed to Xenophon.* Oxford, Aris and Phillips Classical Texts.

G. Ramirez-Vidal (2005), *La Constitución de los Atenienses.* México, Universidad Autónoma de México.

M. H. Rocha Pereira (2007), *Platão - A República.* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

G. Schneider (1815), *Xenophontis opuscula politica equestria et venatica.* Leipzig, Svmtibvs Librariae Hahnianae.

M. F. Silva, C. Abranches, (1994), *Heródoto, histórias livro 3°.* Lisboa, Edições 70.

M. F. Silva, C. Magueijo (2006), *Aristófanes - Comédias, vol. 1.* Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

N. Theml, A.L. Chevitarese (2003), *A Constituição dos Atenienses*. in Testemunhos da História, Documentos de História Antiga e Medieval, Vitória, EUDUFES.

P. Varona (2009), *Constitución de Esparta, Constitución de Atenas*. Madrid, Ediciones Cátedra.

N. G. Wilson (1975), *Prolegomena de comoedia scholia in*

Acharnenses, Equites, Nubes. Groningen, Bouma's Boekhuis B.V.

J. W. White (1974), *Aristophanes. The scholia on the Aves.* Hildesheim, Georg Olms Verlag.

Estudos

J. K. Anderson (1974), *Xenophon*. Londres, Duckworth.

D. Blackman (1969), 'The Athenian navy and alllied naval contributions in the Pentecontaetia', *GRBS* 10. 3,179-216.

J. Bordes (1982), *Politeia dans la pensée grecque jusqu'à Aristote.* Paris, Les Belles Lettres,

R. Brock, M. Heath (1995) 'Two passages in pseudo-Xenophon.' *CQ* 45, 564,59.

L. Canfora (1980), *Studi sull´Athenaion Politeia pseudosenofontea.* Torino, Accademia delle Scienze di Torino.

K. M. T. Chrimes (1942), *Ancient Sparta: a re-examination of the evidence.* Manchester, Manchester University Press.

Ste. Croix (1972), *The origins of the Peloponnesian war.* Londres, Duckworth.

S. K. Eddy (1968), ‚Athens' peacetime navy in the age of Perikles', *GRBS* 9. 2, 141-156.

J. R. Ferreira, D. Leão (2010), *Dez grandes estadistas atenienses.* Lisboa, Edições 70.

J. L. Flandrin, M. Montanari (1998), *História da Alimentação.* São Paulo, Estação Liberdade.

R. Garland (2010), *The Piraeus, from the fifth to the first century BC*. Londres, Duckworth.

A. W. Gomme (1945), *A historical commentary on Thucydides. Volume 1.* Oxford, Clarendon Press.

M. H. Hansen (1993), *La democracie athénienne à l'époque de Démosthène. Structure, Principles et ideologie.* Paris, Les Belles Lettres.

B. Jordan (1975), *The Athenian navy in the classical period. A study of the Athenian administration and military organization in the fifth and fourth century B.C.* Berkeley e Los Angeles, University of California Press.

D. Kagan (1969), *The outbreak of the Peloponnesian war.* Londres, Cornell University Press.

—— (1974), *The Archidamian war.* Londres, Cornell University Press.

D. Macdowell (1978), *The law in classical Athens.* Londres, Thames and Hudson.

D. MacDowell, *Aristophanes and Athens. An introduction to the plays.* Oxford, Oxford University Press.

A. Mattingly (1997). 'The date and purpose of the

Pseudo-Xenophon Constitution of Athens'. *CQ* 42, 352-357.

P. R. Martins (2009), 'Modelos de anti-embaixadas: Demóstenes e Aristófanes em paralelo. Qual o papel do embaixador na Grécia Clássica?' *Revista Alétheia* 2, 2.

M. Morgado (2008), *A aristocracia e os seus críticos.* Lisboa, Edições 70.

A. Pickard Cambridge, J. Gould, D.M. Lewis (1991), *The dramatic festivals of Athens.* Oxford, Clarendon Press.

A. Powell (2001), *Athens and Sparta: constructing Greek political and social history from 478 BC.* Londres e Nova York, Routledge.

P. J. Rhodes (2006), *A history of the classical Greek world. 478-323 BC.* Oxford, Victoria, Blackwell Publishing. MA.

M. H. Rocha Pereira ([10]2006), *Estudos de história da cultura clássica. Volume 1 - Cultura grega.* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

J. de Romilly (1962), 'Le Pseudo-Xénophon et Thucydide. Étude sur quelques divergences de vues', *RPh* 36, 225-241.

—— (1987), 'La notion de "classes moyennes" dans l'Athènes du vème siècle av. J.-C.', *REG* 475-476, 1-17.

—— (1988), *Les grands sophists dans l'Athènes de Péricles.* Paris, Editions de Fallois.

V. J. Rosivach (1991), 'Some Athenian presupositions about the poor', *G&R* 38. 2, 189-198.

W. Roscher (1842), *Leben, Werk und Zeitalter des Thukydides.* Göttingen, Klio: Beiträge zur Geschichte der historischen Kunst.

E. Simon, (1983), *Festivals of Attica: an archeological commentary*. Wisconsin, The University of Wisconsin Press.

A. Thierfelder (1969), 'Pseudo-Xenophon und Kritias'. In *Palingenesia, Politeia und Res Publica: Beiträge zum Verständnis von Politik, Recht und Staat in der Antike*. Wiesbaden, Franz Steiner Verlag GmbH.

A. G. Woodhead (1970), *Thucydides on the nature of power*. Cambridge, Massachussets, Harvard University Press.

(Página deixada propositadamente em branco)

Índice de povos e lugares

Atenas: 1.2, 10, 16 (2x), 17, 18 (3x); 2.3; 3.1, 8, 13.
Atenienses: 1.1, 10, 14, 15, 16 (2x), 18, 19; 2.1, 2, 7, 8, 11, 14; 3.1, 10 (2x), 11.
Ática: 2.16.
Bárbaros: 2.11.
Beócia: 3.11.
Chipre: 2.7.
Egito: 2.7.
Esparta: 1.11.
Gregos: 1.1; 2.8, 11.
Itália: 2.7.
Lacedemônios: 3.11 (2x).
Lídia: 2.7.
Messênios: 3.11 (2x).
Milésios: 3.11.
Peloponeso: 2.7.
Pireu: 1.17.
Ponto: 2.7.
Sicília: 2.7.

(Página deixada propositadamente em branco)

Índice analítico

Aliados: 1.14, 15 (2x), 16 (2x), 18 (3x); 2.1; 3.2.
Animais sacrificados: 2.9.
Arautos: 1,17.
Assembleia: 1.9; 3.1, 3 (2x).
Banhos: 2.10 (2x).
Banquetes: 2.9 (2x).
Bárbaro: 2.8.
Barcos convencionais: 1.20.
Cargos públicos: 1.2, 3 (2x), 1.19; 3.13 (2x).
Cargueiros: 1.20.
Carpinteiros: 1.2.
Cera: 2.11.
Chefes dos remadores: 1.2.
Cidade democrática: 2.20 (2x).
Cidade oligárquica: 2.20 (2x).
Cidade grega: 3.2.
Cobre: 2.11 (2x), 12.
Comédias: 2.18 (3x).
Conselho: 1.6; 3.1, 2, 3.
Constituição: 1.1 (2x), 3.1, 9.
Cargo de General (*strategia*): 1.3.
Comando da cavalaria (*hipparchia*): 1.3.
Coregia, coregos: 1.13; 3.4.
Coro: 1.13 (2x).
Democracia, regime democrático: 1.4 (2x), 5, 8; 2.15, 20; 3.1, 8, 9, 12.
Desordem: 1.5 (2x).
Dialetos: 2.8.
Dionísias: 3.4.
Embaixadores: 1.18.
Escravidão: 1.9.
Escravos: 1.9, 10 (4x), 11 (5x), 12, 17, 19 (2x).
Estreito: 2.13.
Fazendeiros: 2.14.
Ferro: 2.11 (2x), 12.
Festivais: 2.9; 3.2, 8 (2x).
Força: 1.8.
Frota: 1.12.

Generais: 1.18.
Ginásios: 2.10.
Guerra: 3.2.
Guerra civil: 2.15; 3.10.
Hefesteias: 3.4.
Homem Livre: 1.10, 12.
Hoplitas: 1.2.
Hospedaria: 1.17.
Ignorância: 1.5 (2x), 7.
Ilha: 2.2 (2x), 13, 14, 15 (3x), 16 (2x).
Império: 1.14.
Império marítimo: 2.7.
Imposto: 1.17; 2.1; 3.5.
Infantaria: 2.1 (3x), 4, 5.
Inimigos: 2.1, 4, 14 (2x).
Injustiça: 1.5.
Juízes: 3.7.
Lavouras: 2.6.
Leis: 1.9.
Liberdade: 1.8.
Linho: 2.11, 12 (2x).
Madeira: 2.11 (2x), 12 (2x).
Mar: 2.2, 12 (2x), 14, 16.
Metecos: 1.10 (3x), 1.12 (3x).
Música: 1.13.
Naus, navios, navios de guerra: 1.2, 13, 20; 2.11; 3.4.
Necessidade: 2.3.
Palestras: 2.10 (2x).
Panateneias: 3.4.
Perversidade: 1.5, 7.
Pobreza: 1.5.
Poderio Naval: 1.11.
Praga: 2.6 (2x).
Prometeias: 3.4.
Prestação de contas: 3.2.
Receitas públicas: 3.2.
Ritos religiosos: 2.9.
Sacrifícios: 2.9 (3x).
Senhores do mar: 2.3, 5, 6 (2x), 11 (2x), 13.
Soberanos da terra: 2.5, 6.
Suborno: 3.7.

Superintendentes: 1.2.
Talassocracia, talassocratas: 2.2, 3, 14.
Targélias: 3.4.
Templos: 2.9.
Timoneiros: 1.2, 20.
Trierarcas: 1.18; 3.4.
Trirremes: 1.13, 20.
Tribunais: 1.13, 16, 18; 3.7 (2x).
Tributos: 1.15.
Vestiários: 2.10 (2x).
Vigias de proa: 1.2.
Zeus: 2.6.

(Página deixada propositadamente em branco)

Índice de termos políticos

Aristoi - 1.6 = os mais dotados.
Beltiones - 1,5; 3.11 = membros da classe alta.
Beltistoi - 1,5; 3.10 = a classe alta.
Chrêstoi - 1.1, 2 (2x), 6, 7, 9 (2x), 14 (5x) = elite ; 2.19 (2x) = homens de bem.
Dêmos - 1.2 (2x), 3 (4x), 5, 7, 8 (2x), 9, 10, 13 (4x), 14, 16 (4x), 17, 18 (3x); 2.9 (2x), 10, 14, 17 (2x), 18 (3x), 19 (2x), 20 (2x); 3.10 (2x), 11 (2x). = povo; 2.17; 3.1, 3 = assembleia; 2.15 = democracia.
Dêmotikoi - 1.4 (3x), 6, 15, 18, 19 = populares.
Dexiôtatoi - 1.6 = os mais competentes; 1.9 = os mais hábeis.
Dynamenos - 2.17 = os mais capazes.
Eudaimones - 2.10 = os afortunados.
Gennaioi - 1.2 (2x); 2.18 = os nobres.
Kakiston - 3.10 = Gentalha.
Mainomenoi - 1.9 = desequilibrados.
Oligoi - 2.10 = os poucos; 2.15, 17 = oligarcas.
Ochlos - 2.10 = a massa.
Penêtes - 1.2, 4 (4x); 2.9, 18 = os pobres.
Plêthos - 2.18 = a multidão; 3.6 = excesso de gente.
Plousioi - 1.2,4,13 (3x), 14; 2.10,14,18 = os ricos / cidadão ricos.
Polloi - 3.13 = a massa.
Ponêroi - 1.1, 4, 6 (2x), 9, 14 = ralé; 2.19 (2x) = de índole duvidosa.

Volumes publicados na *Colecção Autores Gregos e Latinos – Série Textos Gregos*

1. Delfim F. Leão e Maria do Céu Fialho: *Plutarco. Vidas Paralelas – Teseu e Rómulo*. Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2008).

2. Delfim F. Leão: *Plutarco. Obras Morais – O banquete dos Sete Sábios*. Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2008).

3. Ana Elias Pinheiro: *Xenofonte. Banquete, Apologia de Sócrates*. Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2008).

4. Carlos de Jesus, José Luís Brandão, Martinho Soares, Rodolfo Lopes: *Plutarco. Obras Morais – No Banquete I – Livros I-IV*. Tradução do grego, introdução e notas. Coordenação de José Ribeiro Ferreira (Coimbra, CECH, 2008).

5. Ália Rodrigues, Ana Elias Pinheiro, Ândrea Seiça, Carlos de Jesus, José Ribeiro Ferreira: *Plutarco. Obras Morais – No Banquete II – Livros V-IX*. Tradução do grego, introdução e notas. Coordenação de José Ribeiro Ferreira (Coimbra, CECH, 2008).

6. Joaquim Pinheiro: *Plutarco. Obras Morais – Da Educação das Crianças*. Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2008).

7. Ana Elias Pinheiro: *Xenofonte. Memoráveis*. Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2009).

8. Carlos de Jesus: Plutarco. *Diálogo sobre o Amor, Relatos de Amor*. Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2009).

9. Ana Maria Guedes Ferreira e Ália Rosa Conceição Rodrigues: *Plutarco. Vidas Paralelas – Péricles e Fábio Máximo*. Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2010).

10. Paula Barata Dias: *Plutarco. Obras Morais - Como Distinguir um Adulador de um Amigo, Como Retirar Benefício dos Inimigos, Acerca do Número Excessivo de Amigos.* Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2010).

11. Bernardo Mota: *Plutarco. Obras Morais - Sobre a Face Visível no Orbe da Lua*. Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2010).

12. J. A. Segurado e Campos: *Licurgo. Oração Contra Leócrates*. Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH /CEC, 2010).

13. Carmen Soares e Roosevelt Rocha: *Plutarco. Obras Morais - Sobre o Afecto aos Filhos, Sobre a Música.* Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2010).

14. José Luís Lopes Brandão: *Plutarco. Vidas de Galba e Otão.* Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2010).

15. Marta Várzeas: *Plutarco. Vidas Paralelas – Demóstenes e Cícero*. Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2010).

16. Maria do Céu Fialho e Nuno Simões Rodrigues: *Plutarco. Vidas Paralelas – Alcibíades e Coriolano*. Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2010).

17. Glória Onelley e Ana Lúcia Curado: *Apolodoro*. *Contra Neera. [Demóstenes] 59*. Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2011).

18. Rodolfo Lopes: *Platão. Timeu-Critías*. Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2011).

19. Pedro Ribeiro Martins: *Pseudo-Xenofonte. A Constituição dos Atenienses*. Tradução do grego, introdução, notas e índices (Coimbra, CECH, 2011).

(Página deixada propositadamente em branco)

OBRA PUBLICADA
COM A COORDENAÇÃO
CIENTÍFICA